

FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ

Termo de Referência 60/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
60/2026	254420-FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ	CLAUDIA NUNES DUARTE DOS SANTOS	14/05/2026 09:05 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	139/2026	25028.000027/2026-62

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de Manutenção Preventiva e Corretiva em sistemas de climatização e automação dos Laboratórios NB2 e NB3 do Instituto Carlos Chagas, com fornecimento de peças sob demanda, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER /CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva , sem dedicação exclusiva de mão de obra, da infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar e automação do Laboratório de Nível de Biossegurança 3 (NB3) do Instituto Carlos Chagas e dos sistemas de condicionamento de ar dos Laboratórios de Nível de Biossegurança 2 (NB2) do Laboratório de Virologia Molecular do ICC/Fiocruz-PR, pelo período de 12 (doze) meses. Inclui os materiais e equipamentos necessários para execução do mesmo, bem como acessórios, filtros de substituição periódica obrigatória, componentes e	16314	Unidade (mês)	12	R\$ 31.400,00	R\$ 376.800,00

GRUPO 1		peças de reposição para manutenção preventiva.					
	2	Prestação de serviços de manutenção corretiva , sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, até o limite máximo de 300 (trezentas) horas anuais de atendimento para a infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar e automação do Laboratório de Nível de Biossegurança 3 (NB3) do Instituto Carlos Chagas e dos sistemas de condicionamento de ar dos Laboratórios de Nível de Biossegurança 2 (NB2) do Laboratório de Virologia Molecular do ICC/Fiocruz-PR, pelo período de 12 (doze) meses.	16314	Unidade (horas)	300	R\$ 236,25	R\$ 70.875,00
	3	Fornecimento de peças e materiais de reposição até o valor limite anual de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)	16314	unidade	1	VALOR FIXO, NÃO ALTERAR. (Reserva para aquisição de peças)	R\$ 140.000,00

*O item 3 se refere ao fornecimento de peças sob demanda e possui caráter estimativo, não sendo objeto de disputa na fase de lances, nem considerado para fins de julgamento das propostas.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer o devido funcionamento das atividades da instituição, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ~~ou outro instrumento hábil que o substitua~~ oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

1. ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000001/2026
2. Data de publicação no PNCP: 08/04/2025
3. Id do item no PCA: 04;
4. Classe/Grupo: 871 [SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS];
5. Identificador da Futura Contratação: 254420-139/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Gestão ambiental na execução do serviço: A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais durante a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, observando o uso racional de recursos naturais, especialmente energia elétrica, água e insumos necessários à operação e testes das autoclaves.

4.1.2 Destinação ambientalmente adequada de resíduos e peças substituídas: A contratada será responsável pela coleta, segregação, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados na execução contratual, incluindo peças, componentes, óleos, graxas, embalagens e demais materiais substituídos, em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.3 Conformidade com normas técnicas, ambientais e de segurança: A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis, bem como a legislação ambiental, sanitária e de segurança do trabalho vigente, garantindo condições adequadas de saúde e segurança aos trabalhadores envolvidos e aos usuários dos equipamentos.

4.1.4 Racionalização de deslocamentos e logística: Sempre que possível, a contratada deverá planejar suas atividades de modo a otimizar deslocamentos, reduzindo consumo de combustíveis e emissões de gases poluentes, sem prejuízo do atendimento aos prazos e níveis de serviço contratados.

4.1.5 Comprovação e fiscalização: O cumprimento dos requisitos de sustentabilidade poderá ser verificado pela Administração durante a execução contratual, mediante solicitações de informações, registros de descarte, notas fiscais, certificados ou outros documentos pertinentes, quando aplicável.

Subcontratação

4.2 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1 Quando o serviço necessário for restrito ao fabricante ou representante autorizado do fabricante do equipamento por razões de método ou tecnologia naquele incorporado.

4.2.2 Quando o serviço necessário requerer o uso de ferramenta ou elemento/apetrecho somente disponível por vinculação as normas vigentes.

4.3 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.3.1 Manutenções periódicas e preventivas

4.3.2 Manutenções em áreas de alta contenção biológica durante exercício pleno dos laboratórios.

4.4 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.4.1 Descartes e tratamento certificado de resíduos biológicos.

4.4.2 Manutenções de sistema autoclave de barreira (com empresa autorizada pelo fabricante e comprovação de habilitação técnica).

4.4.3 Certificação das cabines de segurança biológica.

4.4.4 Certificação de áreas limpas.

4.4.5 Projetos de automação.

4.5 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.7 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.9 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.10 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

4.11 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.12.1 A vistoria deverá ser agendada em dias úteis, com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência, através dos e-mails: andre.bisbocci@fiocruz.br , daisy.strottmann@fiocruz.br devendo ser realizada até 01 (um) dia útil antes da data fixada para a sessão pública.

4.13 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.14 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: até 10 dias da assinatura do contrato.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3 Cronograma de realização dos serviços: A periodicidade dos serviços deverá seguir as definições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.

5.1.4 Etapa de verificação da efetividade dos serviços: Será aguardado o prazo de até 30 dias para a verificação da efetividade dos serviços prestados para posterior aceite e liberação, não incidindo nos prazos de garantia.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775, bloco C – Cidade Industrial – Curitiba – PR – CEP 81.350-010

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 08:00 às 17:00 horas, exceto no caso de chamadas emergenciais para serviços de corretiva, os quais poderão ser executados em qualquer dia ou horário.

5.4 O agendamento do serviço de manutenção preventiva deverá ser realizado por e-mail andre.bisbocci@fiocruz.br com cópia para: carlos.eduardo-castro@fiocruz.br.

5.5 A Contratada disponibilizará, ao menos, 01 (um) contato de telefone fixo, para atendimentos em horário comercial permanente, 02 (dois) contatos de telefone celular para, além destes atendimentos em horário comercial, outros possíveis atendimentos extraordinários emergenciais em horários não convencionais e 01 (um) endereço de e-mail para a mesma finalidade.

Rotinas a serem cumpridas

5.5.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.5.1.1 Implementação do Sistema de Manutenção:

5.5.1.1.1 A Contratada deverá implementar um Sistema de Manutenção Informatizado, de modo a preservar o desempenho, a segurança e a confiabilidade dos equipamentos dos laboratórios NB3, prolongar a sua vida útil e reduzir os custos de manutenção, incluindo o arquivo técnico e o cadastro dos componentes e sistemas dos equipamentos, o plano ou programa de manutenção, o registro dos serviços, datas e custos de manutenção, controle do vencimento de garantias de fabricantes e fornecedores e outros dados de interesse e será configurado pelos seguintes pontos essenciais:

5.5.1.1.1.1 Organização da Área de Manutenção (piso técnico):

A) É de responsabilidade da Contratada a guarda e o controle do estoque de componentes e materiais pertinentes às atividades de manutenção e pela função suprimento para aquisição de materiais e componentes pertinentes aos serviços contratados.

B) A oficina de manutenção deverá ser organizada, adaptada e equipada pela Contratada de forma a atender as demandas das diversas áreas do Plano de Manutenção, sob o acompanhamento e fiscalização do contrato.

C) A Contratada deverá guardar e conservar nas instalações, de maneira adequada, os materiais e equipamentos que estejam sendo utilizados nos serviços, como também manter as áreas de trabalho constantemente limpas e desimpedidas.

D) Será de responsabilidade exclusiva da Contratada a guarda e utilização dos bens de sua propriedade, que deverão estar devidamente identificados.

E) Todos os "Serviços Auxiliares", tais como transporte de materiais e equipamentos para os locais dos serviços, remanejamentos, implantação e manutenção do canteiro de serviços, bem como a remoção de todos os equipamentos e a limpeza da área após a conclusão dos serviços serão de inteira responsabilidade da Contratada.

5.5.1.2 Acompanhamento e Controle da Manutenção

5.5.1.2.1 Relatórios

a) A empresa deve emitir relatórios mensais dos serviços executados, de acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) em equipamentos ICC/Fiocruz-PR, registrando todas as informações necessárias e pertinentes ao assunto, tais como desenvolvimento dos trabalhos periódicos, quadro de solicitações/atendimentos internos no período.

b) Os relatórios devem ser submetidos à análise crítica e aprovação da Fiscalização do Contrato, que poderá atestá-lo ou contestá-lo. Relatórios não aceitos bloquearão o faturamento.

5.5.1.2.2 Controle de Execução

a) A equipe de Fiscalização do ICC/Fiocruz-PR fará o controle das manutenções preventivas através dos relatórios e dos lançamentos realizados no sistema informatizado de gerenciamento das informações. A empresa deverá preparar o Mapa de Controle para todos os serviços com previsão para todo o período do contrato, tomando como base a relação dos serviços e a periodicidade constante no Programa de Manutenção.

5.5.1.2.3 Manutenção Corretiva

a) A manutenção corretiva será feita de acordo com a identificação do problema pela Contratada e através de requisições de serviços elaborados por servidor do ICC/Fiocruz-PR, que também fará o controle da execução dos serviços "in loco". Os problemas identificados pela Contratada deverão ser informados à fiscalização e devem ser registrados na forma de Ordem de Serviço (OS).

b) Quando forem encontradas falhas que comprometam a integridade física dos usuários, as condições de biossegurança, a infraestrutura predial, ou parada completa das atividades laboratoriais, cabe à Fiscalização solicitar intervenções que devem ser realizadas de forma prioritária pela Contratada.

5.5.1.2.4 Estrutura Gerencial da Manutenção

a) A execução dos trabalhos de manutenção é de competência da empresa Contratada que também será responsável pelo fornecimento de informações para alimentação do sistema de gerenciamento de manutenção com informações referentes à execução das Ordens de Serviço, como por exemplo, material utilizado, nome do executante, procedimentos adotados, etc.

b) A execução de todo e qualquer serviço de manutenção deverá ser previamente planejada e programada, em exceção aos atendimentos de emergência. A Contratada deve tomar medidas apropriadas, no sentido de minimizar a ocorrência de trabalho de manutenção de caráter de emergência.

c) Os serviços de manutenção preventiva serão fiscalizados pelo ICC/Fiocruz-PR com base nos serviços dispostos no ETP e seus anexos. Ao verificar alguma inconformidade na execução do serviço, o fiscal emitirá um Relatório de Não-Conformidade e registrará a ocorrência.

d) Cabe à Contratada reparar às suas expensas, os serviços rejeitados pela Fiscalização do Contrato, por terem sido executados em discordância com as especificações e/ou normas aplicáveis

Materiais a serem disponibilizados

5.6 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.6.1 As ferramentas e os materiais de apoio e necessários à execução dos serviços de manutenção (tais como: óleos lubrificantes, graxas, estopas, gases para soldas, graxas, estopas, fitas isolantes, desingripante, lixas, produtos químicos para limpeza e tratamento da água do sistema de refrigeração, material de limpeza, escadas, escovas de aço, solventes, pincéis, andaimes, fluido refrigerante), EPIs (tais como: máscaras PFF-2, toucas, luvas, macacão) e outros pertinentes à execução dos serviços, serão fornecidos pela Contratada, sem custo adicional ao valor contratual;

5.6.2 Todo o transporte necessário para a execução dos serviços será de responsabilidade da Contratada, que deverá dispor de veículos próprios, devidamente identificados, para o transporte dos funcionários, equipamentos e materiais para atendimento à Contratante sempre que necessário. O dimensionamento do quantitativo dos veículos ficará a cargo da Contratada, não sendo admitido que qualquer serviço fique pendente por falta de transporte. Caso haja atraso dos serviços por deficiência no transporte, a Contratada estará sujeita às sanções por não cumprimento do contrato.

5.6.3 As peças para reposição deverão ser fornecidas pela Contratada, que deverá verificar as determinações neste Termo e no Estudo Técnico Preliminar.

5.6.4 Todos os materiais e produtos a serem fornecidos, deverão ser de primeira qualidade, reconhecidos tecnicamente e adequados para o seu uso específico, conforme normas técnicas específicas da ABNT e de instituições/ associações normativas de qualidade, pesos e medidas, e nos casos omissos por instituições regulamentadoras e normativas estrangeiras. Todo material deverá ser inspecionado pela fiscalização, que poderá aprovar ou não à sua utilização.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1 Os serviços listados constituem o mínimo requerido, devendo a Contratada observar as recomendações dos fabricantes dos equipamentos/sistemas e executá-las sem ônus adicional para a Administração;

5.7.2 Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, tais como mão de obra, deslocamentos, tributos, encargos sociais, logística, ferramentas, equipamentos e demais despesas correlatas que incidem ou que venham a incidir sobre a contratação.

5.7.3 A manutenção preventiva (item 1) deverá ser realizada conforme periodicidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência, enquanto as manutenções corretivas (item 2) ocorrerão sob demanda, mediante necessidade identificada pela Administração, não gerando à contratada direito à execução ou faturamento mínimo.

5.7.4 Foi realizado levantamento prévio das peças com maior probabilidade de substituição, constante deste Termo de Referência, com caráter meramente referencial;

5.7.5 O valor estimado para fornecimento de peças (item 3) é de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), constituindo limite máximo de dispêndio anual, não implicando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração;

5.7.6 A relação de peças constante deste Termo de Referência possui caráter meramente referencial, não sendo exaustiva, podendo haver necessidade de fornecimento de outros itens não previstos inicialmente, desde que tecnicamente justificados e estritamente vinculados ao objeto contratual. A inclusão de itens não previstos estará condicionada à apresentação de orçamento prévio pela contratada, à comprovação da compatibilidade dos preços com o mercado e à aprovação da fiscalização do contrato.

5.7.7 As propostas deverão contemplar exclusivamente os valores relativos aos serviços de manutenção preventiva e corretiva (itens 1 e 2), devendo o valor do item 3 ser mantido conforme definido pela Administração, por possuir caráter estimativo e não ser objeto de disputa.

5.7.8 A licitante deverá utilizar a tabela de peças como referência para avaliação de compatibilidade com os preços de mercado, não sendo exigida correspondência direta entre os valores unitários e o valor global ofertado;

5.7.9 Na execução contratual, a substituição de peças dependerá de prévia autorização da Administração, mediante apresentação de orçamento detalhado, acompanhado de documentação que comprove a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado. Para fins de comprovação, deverão ser apresentadas, sempre que possível, no mínimo 3 (três) fontes distintas de pesquisa de preços, tais como notas fiscais, cotações de fornecedores, tabelas de fabricantes ou outros meios idôneos;

5.7.10 Os preços apresentados na execução deverão ser compatíveis com os praticados no mercado, podendo a Administração realizar diligências e pesquisas para verificação de vantajosidade, inclusive com base na tabela referencial constante deste Termo de Referência;

5.7.11 A existência de valor estimado para peças tabeladas não implica aceitação automática dos preços praticados, os quais estarão sujeitos à análise e aprovação da Administração;

5.7.12 Os pagamentos relativos ao fornecimento de peças estarão condicionados à aprovação prévia da Administração quanto à adequação dos preços e somente ocorrerão para as peças efetivamente trocadas;

5.7.13 A contratada será responsável pela qualidade, procedência e garantia dos serviços e das peças fornecidas, devendo substituir, sem ônus adicional, quaisquer itens que apresentem defeito ou não atendam às especificações;

5.7.14 O risco decorrente de eventual subdimensionamento dos custos na proposta será de exclusiva responsabilidade da licitante, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

5.7.15 A Contratada deverá assegurar que a prestação dos serviços será sempre realizada por profissionais técnicos qualificados.

5.7.16 A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento de vestimentas adequadas para a execução dos serviços, bem como por todos os equipamentos de proteção individual – EPI's necessários e de observância obrigatória de acordo com as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho.

5.7.17 A Contratada se responsabilizará por qualquer tipo de dano cometido aos equipamentos durante os serviços de manutenção e deverá providenciar o conserto deles sem ônus para a contratante.

5.7.18 Havendo a necessidade da prestação de serviços fora do horário compreendido entre 8h e 17h, não acarretará acréscimo do valor estabelecido.

5.7.18.1 Os serviços de manutenção que justificadamente não possam ser realizados no prazo acima estabelecido, deverão ter prazo de execução definido em comum acordo com a contratante.

5.7.19 Quando da necessidade de Manutenção Externa: o equipamento poderá ser removido total ou parcialmente, para Laboratório Técnico da Contratada, mediante comunicação e autorização, prévias e escritas, pelos responsáveis da Contratada e da Contratante respectivamente;

5.7.20 A contratada deverá observar o Estudo Técnico Preliminar, onde constam todas as informações relevantes para o dimensionamento da proposta.

Especificação da garantia do serviço

5.8 O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual, no entanto, deverá indicar um responsável para as tratativas referentes ao serviço, que deverá ocorrer através de e-mails ou contatos telefônicos.

6.8 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 Adquirir informações para medição de resultados;

6.16.2 Verificar a presença de profissionais qualificados para a execução das atividades contratadas;

6.16.3 Acompanhar a execução das manutenções preventivas e corretivas previstas no contrato;

6.16.4 Verificar se os serviços executados estão em conformidade com as especificações técnicas e os procedimentos estabelecidos;

6.16.5 Verificar o cumprimento das normas de segurança do trabalho e de biossegurança aplicáveis ao acesso aos laboratórios;

6.16.6 Monitorar o cumprimento dos prazos de atendimento estabelecidos contratualmente

6.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1 Verificar se o valor cobrado pelas peças de reposição corresponde ao valor adquirido, para fins de comprovação de preço.

6.21.2 Verificar se os serviços executados estão devidamente registrados nos relatórios técnicos apresentados pela contratada;

6.21.3 Organizar e manter arquivada a documentação relacionada ao contrato para fins de controle e auditoria.

6.22 Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1 A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

7.5.2 Será feita avaliação de acordo com o Anexo I, em que, os serviços serão considerados satisfatórios ou insatisfatórios;

7.5.3 A empresa poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

Recebimento

7.6 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6.1 Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, a administração fará as verificações periódicas nos equipamentos, observando os relatórios emitidos.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 30 (trinta) dias.

7.12 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.34.1 O IPCA fornece um panorama de como está o poder de compra da população e é usado para observar tendências de inflação, pois reflete a variação de preços ao consumidor final. Considera-se o mais adequado para corrigir contratos que impactam diretamente o orçamento público do cidadão, pois é menos volátil que outros índices e por isso, garante uma previsão orçamentária mais assertiva, evitando picos de reajustes que podem comprometer o equilíbrio fiscal.

Forma de pagamento

7.35 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.39 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/04/2026.

7.40 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1 Interromper o pleno funcionamento do laboratório por motivo de incompetência ou desídia.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8.15 Deverá ser observada a Portaria Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026, da Diretoria Executiva (Anexo deste Termo), que tem o propósito de disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO .

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.2.1 A adoção do regime de execução por empreitada por preço unitário justifica-se em razão das características do objeto contratado, especialmente pela natureza continuada dos serviços de manutenção preventiva, associada à previsão de manutenções corretivas e fornecimento de peças sob demanda, cujos quantitativos efetivos não podem ser previamente definidos com exatidão pela Administração. Nesse contexto, o regime por preço unitário mostra-se mais adequado por permitir que a remuneração da contratada ocorra conforme os serviços efetivamente executados e as peças efetivamente fornecidas, mediante medição e fiscalização pela Administração, reduzindo riscos de distorções quantitativas durante a execução contratual. Ademais, foram previstos mecanismos de controle, aprovação e verificação da compatibilidade dos preços praticados com os valores de mercado, assegurando maior aderência aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.26 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade;

9.32.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.33 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois anos) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.1.2 Atestado de capacidade técnica em nome da licitante, acompanhado da respectiva CAT da entidade profissional competente, comprovando a execução de serviços de Operação e Manutenção de Sistema de Ar Condicionado Central em laboratórios de nível de biossegurança 3, por exemplo, em laboratórios de biocontenção ou áreas equivalentes onde haja a necessidade de troca de filtro HEPA contaminados.

9.33.1.3 Será aceito ART expedido em nome da licitante, no mesmo CNPJ ou da filial do fornecedor.

9.33.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.36 Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.36.1 **Para o técnico:** serviços nas áreas de elétrica, mecânica, eletrônica, eletrotécnica, refrigeração, automação, com comprovação de, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência profissional em uma dessas áreas, comprovada por meio de CTPS, declaração de empregador ou outros documentos idôneos.

9.36.2 **Para o engenheiro mecânico:** serviços de Manutenção em Sistema de Ar Condicionado Central e com Sistema de Controle (automação) e Supervisão, constantes no Atestado de Responsabilidade Técnica - ART, acompanhada da respectiva CAT, devidamente certificado pela entidade profissional competente (CREA), com comprovação de no mínimo 2 (dois) anos de experiência profissional.

9.36.3 Os profissionais indicados deverão comprovar capacitação para atuação em ambientes com requisitos de biossegurança, incluindo conhecimentos relacionados a riscos biológicos, físicos e químicos, práticas de higiene, uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), bem como procedimentos operacionais em ambientes controlados.

9.36.3.1 A comprovação deverá ser realizada por meio de certificados de cursos ou treinamentos, emitidos por instituições de ensino reconhecidas, fabricantes, empresas especializadas ou pela própria contratada, desde que seja possível comprovar o conteúdo programático e a carga horária.

9.36.3.2 Deverá ser comprovada, ainda, capacitação inicial e periódica em conformidade com as diretrizes da Lei nº 11.105 /2005 e da Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32), aplicáveis às atividades desenvolvidas.

9.36.4 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.36.5 Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

9.36.6 O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social e o prestador de serviços com contrato escrito firmando com o licitante.

9.37 Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior:

9.38 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.39 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.45 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.45.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.45.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.45.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.45.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.45.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.45.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.45.6.1 ata de fundação;

9.45.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.45.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.45.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.45.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.45.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.45.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 587.675,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Curitiba, 13 de maio de 2026.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLAUDIA NUNES DUARTE DOS SANTOS

Requisitante



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 15:41:01.

DAISY MARIA STROTTMANN

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 09:05:52.

ANDRE DE FRANCA BISBOCCI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 16:05:17.

FABIANO BORGES FIGUEIREDO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 08:10:08.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - IMR atualizado.pdf (307.86 KB)
- Anexo II - modelo de vistoria.pdf (109.16 KB)
- Anexo III - modelo de ciencia-caso nao realize vistoria.pdf (84.54 KB)
- Anexo IV - relacao de pecas para a corretiva.pdf (918.42 KB)
- Anexo V - ETP com seus anexos.pdf (853.31 KB)
- Anexo VI - 6 - Portaria n1_de_2026___Infracoes_e_Sancoes (PR).pdf (1.15 MB)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Fiocruz/PR – Instituto Carlos Chagas

Processo Administrativo nº (25028.000027/2026-62)

ANEXO I
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

(Avaliação da qualidade dos serviços)

Indicador - MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	Ações técnicas necessárias à garantia de um melhor desempenho e durabilidade dos equipamentos, visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos, a conservação e o perfeito funcionamento dos equipamentos.
Meta a cumprir	Rotinas mensais, que compreenderão limpeza, lubrificação, ajustes, regulagens, verificação de funcionamento, pequenos reparos e substituição de peças.
Instrumento de medição	Verificação in loco do fiscal do contrato e relatos escritos de usuários, via correio eletrônico
Forma de acompanhamento	Vistoria, relatórios e reuniões com o fiscal de contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Todas as ocorrências serão registradas pelo fiscal do contrato, que notificará a Contratada, atribuindo pontos, conforme a tabela 1 abaixo .
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Somatória dos pontos da tabela 1, que corresponderá à glosa da fatura mensal conforme tabela 2 abaixo .
Sanções	Advertência e/ou glosa da fatura mensal.
Observações	No caso de a Contratada somar 8 (oito) pontos ficará facultada à Contratante a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.

Tabela 1 - Pontuação/Ocorrência		
Ocorrência	Aferição	Pontuação
Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante a execução dos	Condicional à verificação pelo fiscal do contrato ou à comunicação formalizada a este, por colaborador que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido	0,1

serviços, sem a anuência prévia da Contratante.	corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	
Deixar de realizar as rotinas de execução de manutenções previstas.	Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato e comunicado à Contratada por correspondência eletrônica.	0,5
Deixar de apresentar os relatórios solicitados.	Condicionada à verificação pelo fiscal do contrato e comunicado à Contratada por correspondência eletrônica.	0,3
Deixar de prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante no prazo de 06 (seis) horas .	Os registros das solicitações de esclarecimentos serão individuais, formalizados através de correspondência eletrônica pelo fiscal do contrato ao endereço fornecido pela empresa. Cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,1
Falta de cordialidade no trato com os servidores, colaboradores e contribuintes.	O fiscal registrará a ocorrência acompanhada de informações sobre o fato ocorrido e poderá requerer a substituição do empregado.	0,1
Não atendimento a qualquer outra obrigação prevista no edital e seus anexos não especificada nesta tabela.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,1

Tabela 2: Pontuação Acumulada

Pontuação Acumulada	Glosa
1 (um) pontos	Não há glosa, apenas advertência.
2 (dois) pontos	Não há glosa, apenas advertência.
3 (três) pontos	Glosa correspondente a 1% (um por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
4 (quatro) pontos	Glosa correspondente a 2% (dois por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
5 (cinco) pontos	Glosa correspondente a 3% (três por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
6 (seis) pontos	Glosa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
7 (sete) pontos	Glosa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
Acima de 7 (sete) pontos	Glosa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação, acrescido de 1% (um por cento) para cada ponto extra

Indicador - MANUTENÇÃO CORRETIVA	
Nº + Título do Indicador que será utilizado	
Item	Descrição
Finalidade	Reparar e corrigir quebras, defeitos e falhas apresentadas nas instalações dos equipamentos, que inviabilizem a sua utilização, reparando-os para seguro e perfeito funcionamento.
Meta a cumprir	O atendimento às chamadas para manutenção corretiva deverá ocorrer no prazo máximo de 06 (seis) horas contadas do registro da chamada.
Instrumento de medição	Verificação in loco do fiscal do contrato e relatos escritos de usuários, via correio eletrônico
Forma de acompanhamento	Vistoria, relatórios e reuniões com o fiscal de contrato.
Periodicidade	Apenas quando acionada via OS.
Mecanismo de Cálculo	Todas as ocorrências serão registradas pelo fiscal do contrato, que notificará a Contratada, atribuindo pontos, conforme a tabela 3 abaixo .
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Somatória dos pontos da tabela 1, que corresponderá à glosa da fatura mensal conforme tabela 4 abaixo .
Sanções	Advertência e/ou glosa da fatura mensal.
Observações	No caso de a Contratada somar 8 (oito) pontos ficará facultada à Contratante a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.

Tabela 3 - Pontuação/Ocorrência		
Ocorrência	Aferição	Pontuação
Inobservância injustificada do tempo máximo de 06 (seis) horas para manutenção corretiva, contadas a partir do registro da chamada.	O fiscal do contrato formalizará o chamado através de correspondência eletrônica ao endereço fornecido pela empresa.	0,2
Inobservância injustificada do tempo máximo de 06 horas para manutenção corretiva de urgência, contadas a partir do registro da chamada.	O fiscal do contrato formalizará o chamado através de correspondência eletrônica ao endereço fornecido pela empresa.	0,2
Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante a execução dos serviços, sem a anuência prévia da Contratante.	Condicional à verificação pelo fiscal do contrato ou à comunicação formalizada a este, por colaborador que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma	0,1

	ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	
Deixar de prestar esclarecimentos solicitados pela Contratante no prazo de 06 (seis) horas .	Os registros das solicitações de esclarecimentos serão individuais, formalizados através de correspondência eletrônica pelo fiscal do contrato ao endereço fornecido pela empresa. Cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,1
Deixar de apresentar os relatórios.	Condicional à verificação pelo fiscal do contrato e comunicado à Contratada por correspondência eletrônica.	0,3
Falta de cordialidade no trato com os servidores, colaboradores e contribuintes.	O fiscal registrará a ocorrência acompanhada de informações sobre o fato ocorrido e poderá requerer a substituição do empregado.	0,1
Não atendimento a qualquer outra obrigação prevista no edital e seus anexos não especificada nesta tabela.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato ocorrido corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	0,1

Tabela 4: Pontuação Acumulada

Pontuação Acumulada	Glosa
1 (um) pontos	Não há glosa, apenas advertência.
2 (dois) pontos	Não há glosa, apenas advertência.
3 (três) pontos	Glosa correspondente a 1% (um por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
4 (quatro) pontos	Glosa correspondente a 2% (dois por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
5 (cinco) pontos	Glosa correspondente a 3% (três por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
6 (seis) pontos	Glosa correspondente a 4% (quatro por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
7 (sete) pontos	Glosa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
Acima de 7 (sete) pontos	Glosa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor faturado do mês de apuração da pontuação, acrescido de 1% (um por cento) para cada ponto extra

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Fiocruz/PR – Instituto Carlos Chagas

(Processo Administrativo nº 25028.000027/2026-62)

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório **Pregão nº _____ - ICC – FIOCRUZ/PR**, que a licitante _____ representada legalmente por _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, instalada no endereço _____ na cidade de _____, realizou a visita técnica no Instituto Carlos Chagas, situado na Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3.775 – CIC – Curitiba/PR – Térreo – CEP 81350-010, e tomou conhecimento de todas as condições para a boa execução dos serviços, como mão de obra, materiais, equipamentos, localização, condições do terreno, acessos e trânsito.

Local e Data

Servidor/FIOCRUZ

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
[Nome do Representante Legal]
[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Nota: A empresa deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência da assinatura de seu representante como representante legal.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Fiocruz/PR – Instituto Carlos Chagas

(Processo Administrativo nº 25028.000027/2026-62)

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA INTEGRAL DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO
SERVIÇO, (CASO A EMPRESA NÃO REALIZE VISTORIA)**

A licitante _____ representada legalmente por _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, instalada no endereço _____ na cidade de _____, declara ter conhecimento pleno das condições estabelecidas no Edital e seus anexos e das peculiaridades da contratação.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
[Nome do Representante Legal]
[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Fiocruz/PR – Instituto Carlos Chagas

(Processo Administrativo nº 25028.000027/2026-62)

ANEXO IV

RELAÇÃO DE PEÇAS PREVISTAS PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (ITEM 3):

A presente relação de peças possui caráter meramente referencial, destinando-se à orientação e ao controle dos preços dos itens eventualmente utilizados na execução contratual e deverá seguir os critérios definidos no Estudo Técnico Preliminar, quanto à sua utilização.

Equipamento: Cabines de Segurança Biológica, marca Veco, Modelo Biosafe 12, 220V, S/N FL11711 e FL11411			
Item	Descrição	QTD	Preço Unitário
1	Painel eletrônico geração 5 <i>touch screen</i>	1	R\$ 12.078,67
2	Filtro de ar ABSOLUTO HEPA-3, tipo plano, com meio filtrante em papel de micro fibra de vidro plissado, com separadores de alumínio corrugado que proporciona perfeito Fluxo unidirecional, selo de vedação sintético não volátil e não inflamável entre o meio filtrante e a moldura metálica em chapa de aço galvanizada modelo VECO HEPAFLOW. Eficiência: 99,995% para partículas acima de 0,3 micron, Classificação: H14 conforme EN 1822 e ISO 45 H conforme NBR ISO 29463-1. Perda de Pressão Inicial: 250 PA - 25 mmca Perda de Pressão Final: 600 PA - 60 mmca Resistente à Temperatura: 120 °C Resistente à Umidade Relativa: 100%.	2	R\$ 4.647,18
3	Filtro de ar ABSOLUTO HEPA 3 tipo plano, com meio filtrante em papel de micro fibra de vidro plissado automaticamente, com separadores por cordões de resina contínuos e selos de vedação sintético, não-voláteis e não inflamáveis entre o meio filtrante e a moldura metálica em chapa de aço galvanizado, modelo VECO MAXI PLEAT P 130-396. Eficiência: 99,99 % para partículas acima de 0,3 micron HEPA-3 DOP Classificação: EU 13 conforme EUROVENT 4/5 A-3 NBR 6401 HEPA 3 Perda de Pressão Inicial: 25 mmCA Perda de Pressão Final: 60 mmCA Resistente à Temperatura: 80°C Resistente à Umidade Relativa: 100%	2	R\$ 3.724,36
4	Pré-filtro de ar com meio filtrante em fibras sintéticas prensadas, plissado, e sustentado por uma malha metálica galvanizada com vedação através de resina especial entre o meio filtrante e a moldura em cartão estampada em uma só peça, modelo VECO POLY-PLEAT BR. Eficiência: 35%	12	R\$ 1.956,04

	ASHRAE Colorimétrico Classe : G-4 conforme EN 779, G-3 conforme NBR 16101 Perda de Pressão Inicial: 6 mmca Perda de Pressão Final: 15 mmca		
5	Tampa de vidro para Cabine Veco Modelo Biosafe 12	2	R\$ 2.643,10
6	Lâmpada Ultravioleta	2	R\$ 1.065,76
7	Lâmpada de luz visível	2	R\$ 255,78
8	Motor trifásico IR3 1CV 4P 220/380V 80 B3D 6TERM IP55 60Hz Premium W22	2	R\$ 6.252,49

Equipamento: Sistemas de automação dos Laboratórios NB2 e NB3

Item	Descrição	QTD	Preço Unitário
1	Controlador Lógico programável Modelo c.pCO, marca CAREL	2	R\$ 8.623,33
2	Indicador microprocessado Modelo TH 72C C-000-003, Marca Therma	5	R\$ 2.776,50
3	Cartão de expansão modelo c.pCOe , marca CAREL	1	R\$ 4.113,00
4	Transmissor de pressão diferencial modelo VEC-CX-ULP-8 Faixas de pressão diferencial em Pa: +/- 63,5 Pa, +/- 127 Pa, 0 a 63,5 Pa , 0 a 127 Pa (+/- 0,25", +/- 0,5"CA).Alimentação exclusiva 24 VDC. Resistência ôhmica ilimitada (não possui referencia GND) Consumo máximo 684 miliwatts (30 mA) Exatidão +/- 0,8% da escala. Estabilidade: < 0,2% Fundo de Escala (FSO). Efeitos Termiais: (1"WC <P < 4"WC) <0.125% FSO/C Pressão máxima tolerada : 1 PSI. Faixa de temperatura compensada: 10 a 50º C Temperatura de operação: de -25 a 70 ºC. Utilização: Qualquer ar seco, gás não condutivo e inerte Umidade de operação: Menor que ponto de orvalho Sinal de Saída: 4 a 20 mA Volts. Ligação: 2 fios (alimentação 24V e saída 4 a 20 mA)	1	R\$ 5.519,51

Equipamento: Chiller, marca Trane, modelo CGAD030C3403AT00, (S/N B0507CC0012 e B0507CC0013), 220V

Item	Descrição	QTD	Preço Unitário
1	Dosador de água	1	R\$ 2.382,32
2	Transmissor de Temperatura, sensor tipo PT-100, range de medição 0 à 100°C, sinal de saída 4~20 mA à 2 fios, alimentação 24 Vcc, cabeçote em Alumínio com tampa roscada à prova de tempo (KNC), grau de proteção IP-65, conexão elétrica 1/2" BSP, Haste em inox AISI-304 comprimento de 85mm x Ø6mm (comprimento abaixo da rosca), rosca ao processo de 1/2" BSP.	1	R\$ 997,99

3	Serpentinas (180 x 130 x 8 cm)	4	R\$ 14.217,99
4	Fluido refrigerante, por galão de 11,3Kg, r-407A-EOS	10	R\$ 1.289,97
5	Sensor de temperatura	1	R\$ 2.131,53
6	Sensor de temperatura CH530 - SEN02133 - Chiller Trane	2	R\$ 2.974,20
7	Motoventiladores, 820 rpm, Marca Weg, E56, trifásico	4	R\$ 2.786,08
8	Óleo lubrificante, por galão de 1 litro, MONTREAL, 32	10	R\$ 275,93
9	Disjuntor motor tripolar - disjuntor motor tipo termomagnético, tripolar, corrente ajuste: 11-16A, corrente disparo: 208A, tensão nominal: 400VCA, Capacidade ruptura: 55KA	1	R\$ 1.048,95
10	Disjuntor 150A - caixa moldada, tripolar, base fixa, elemento de proteção: térmico e magnético, acionamento por alavanca, tensão nominal 380VAC, corrente nominal (máxima): 150A, frequência: 50/60Hz, capacidade ruptura: 25KA, conexão borne parafuso.	2	R\$ 1.336,50
11	Contator 3P 9A 190-220VCA 50/60HZ. Contator potência, tripolar, corrente comutação AC3, corrente 9A, tensão bobina: 190 a 220VCA, frequência: 50/60hz, sem contatos auxiliares	2	R\$ 274,88
12	Contator 3P 65A 220VCA 60HZ. Contator potência, tripolar, corrente comutação AC3, corrente 65A, tensão bobina 220 VCA, frequência 60Hz, sem contatos auxiliares	2	R\$ 734,59
13	Bombas hidráulicas KSB modelo Megablock 32-250. 60 Hz. 3 ~ 90L. Potência 2.2 (3.0) CV. Rotação 1725 RPM/min. 220/380 V	3	R\$ 11.137,50

Equipamento: Autoclave de Barreira, Modelo: Hi Vac Plus – Marca: Baumer – S/N 50605043 e Sistema de Osmose Reversa

Item	Descrição	QTD	Preço Unitário
1	Impressora térmica	1	R\$ 3.552,55
2	Painel de comando	1	R\$ 9.514,47
3	Filtros de ar	2	R\$ 311,31
4	Válvula de aeração	2	R\$ 2.984,14
5	Resistências de aquecimento em aço inox 26KW	2	R\$ 2.055,34
6	Disjuntor	2	R\$ 468,94
7	Guarnição da porta para vedação de porta de autoclave Baumer HiVac Plus	2	R\$ 3.077,55
8	Peneira do dreno (Ralo da câmara interna)	2	R\$ 109,52
9	Regulador de ar comprimido	2	R\$ 332,10
10	Pré-filtros	2	R\$ 321,44
11	Mano-vacuômetro	2	R\$ 824,19
12	Boia do gerador de vapor	2	R\$ 308,75
13	Termostato de segurança	2	R\$ 772,17
14	Vedação Cilindro porta pneumática	2	R\$ 1.406,53

15	Válvula retenção ½ vapor	2	R\$ 1.031,47
16	Válvula retenção 1" vapor	2	R\$ 1.067,92
17	Válvula pneumática 1"	2	R\$ 511,50
18	Válvula pneumática ½	2	R\$ 412,10
19	Pressostato NA 1 a 10 Bar	2	R\$ 883,66
20	Pressostato NA 0,1 a 1 Ba	2	R\$ 526,99
21	Purgador	2	R\$ 354,75
22	Micro <i>Switch</i> sistema segurança porta	2	R\$ 148,51
23	Transdutor Pressão Absoluto	2	R\$ 1.618,48
24	Mangueira de Poliuretano	2	R\$ 603,93
25	Sensor PT 100 dreno	2	R\$ 1.379,03
26	Válvula solenoide ½ água	2	R\$ 682,09
27	Válvula solenoide ¼ ar	2	R\$ 560,77
28	Válvula Agulha	2	R\$ 969,90
29	Resistência 18 KW	2	R\$ 2.015,08
30	Válvula Pneumática ½ com regulador	2	R\$ 1.859,45
31	Bomba de Vácuo 3,0 CV	2	R\$ 5.655,00
32	Bomba de água	2	R\$ 6.394,59
33	Membrana Osmose Reversa	2	R\$ 3.126,24
34	Elemento Filtrante 5 micras	1	R\$ 832,72
35	Elemento Filtrante 1 Micra	1	R\$ 895,24
36	Elemento Filtrante carvão ativado	1	R\$ 1.250,50
37	Válvula solenoide água	1	R\$ 639,46
38	Bomba diafragma	1	R\$ 5.399,88
39	Silicone spray 400g, resistente a 260°C, para lubrificação da guarnição da autoclave	5	R\$ 135,00

Equipamento: Fancoil do Laboratório NB3 (Sistema UTA 01 - TKZ93), marca Trox - S/N 13327

Item	Descrição	QTD	Preço Unitário
1	Serpentina com 8 rows e 12 aletas pp. em alumínio TKZ93 em equipamento de refrigeração Fan-Coil (Hi=930, Bi=1550)	1	R\$ 15.936,74
2	Resistências para serpentina 220v de 1500W de potência cada, 70cm aletada	24	R\$ 1.349,72
3	Correia 2998 - 3VX630-G correia em V SPZ1587LW 3V630, medida 1600mm	2	R\$ 258,36
4	Forro térmico das tubulações (por metro)	20	R\$ 887,35
5	F70B30 filtro plano lã de vidro - 610X610mm	2	R\$ 213,15
6	F70B30 filtro plano lã de vidro - 305X610mm	3	R\$ 135,00
7	F74BSB95-2150/38 filtro bolsa bactericida - 305X610X381mm	1	R\$ 2.416,85
8	F74BSB95-4300/38 filtro bolsa bactericida - 610X610X381mm	2	R\$ 3.395,31
9	F781M02 filtro absoluto p/ cx.terminal (interno ao laboratório) - 610X610X78mm	8	R\$ 3.589,88
10	F781M13 filtro absoluto p/ cx.terminal (interno ao laboratório) - 457X457X78mm	3	R\$ 3.070,16

Equipamento: Sistemas de exaustão do Laboratório NB3

Bag-in Bag-out (exaustão laboratorial): marca Trox (modelo F373B e F363B) composto por 02 exaustores BERLINERLUFT modelo GTS 400-1 com 02 caixa bag in-bag out modelo KSF F390B.
Exaustão das antecâmaras: marca Trox - TKZ-V31

Item	Descrição	QTD	Preço Unitário
1	Correia <i>bagin bagout</i> 1 e 2, A48, Correia em V, medida 1273mm	2	R\$ 278,49
2	Correia exaustão ante câmara 8743 - 3VX475-G correia em V SPZ 1195LW 3V475 Medida: 1207mm	2	R\$ 365,74
3	Rolamentos do motor	2	R\$ 639,46
4	Ventilador de exaustão	2	R\$ 9.805,04
5	Magnehelics	2	R\$ 3.170,80
6	F781M35 filtro absoluto HEPA – Antecâmaras (1.500M3/h) - 610X610X292mm	4	R\$ 4.191,41
7	F759M93 filtro absoluto p/ cx.terminal (pré-filtro) - exaustão laboratorial - 610X610X292mm	2	R\$ 3.656,98
8	F781M filtro absoluto p/ cx.terminal (filtro) - exaustão laboratorial -610 X610X292mm	4	R\$ 5.341,59

Equipamento: Fancoil e sistema de exaustão do Laboratório NB2 (Sistema UTA 03 - TKZ93), marca Trox - S/N 16364

Item	Descrição	QTD	Preço Unitário
1	Serpentina em alumínio em equipamento de refrigeração Fan-Coil	1	R\$ 17.052,24
2	Resistências para serpentina 220v – potência 2000W, medida 80cm aletada	6	R\$ 2.699,94
3	Correia do Fancoil 4328 - 3VX580-G correia em V SPZ1462LW, medida 1473mm	2	R\$ 267,59
4	Transmissor de temperatura RHT-DM 4-20mA 150mm NOVUS	1	R\$ 1.334,70
5	Correia Ventilador exaustão, 46 - A50, correia em V, medida 1524mm	2	R\$ 278,49
6	F70B30 - filtro plano lã de vidro (insuflamento) - 610X610mm	2	R\$ 255,78
7	F70B30 filtro plano lã de vidro (insuflamento) - 305X610mm	2	R\$ 213,15
8	F74BSB95-4300/38 filtro bolsa bactericida (insuflamento) - 610X610X381mm	2	R\$ 3.395,31
9	F70B30 filtro plano lã de vidro (exaustão) - 610X610mm	2	R\$ 355,25
10	F70B30 filtro plano lã de vidro (exaustão) - 305X610mm	2	R\$ 255,78

11	F74BSB95-4300/38 filtro bolsa bactericida (exaustão) - 610X610X381mm	2	R\$ 3.395,31
12	Filtro absoluto HEPA – 610X762X381mm	2	R\$ 5.220,67

Equipamento: Fancoil e sistema de exaustão do Laboratório NB1 (Sistema UTA 04 - TKZ72) marca Trox – S/N 13329

Item	Descrição	QTD	Preço Unitário
1	Serpentina em alumínio em equipamento de refrigeração Fan-Coil	1	R\$ 17.052,24
2	Resistências para serpentina 220v de 1000w de potência cada, 55 cm aletada	24	R\$ 2.252,34
3	Correia do Fancoil, 6505 - AXS77 correia em V dentada A77, medida 1955mm	2	R\$ 278,49
4	Atuador - Proporcional 24Vac (1.1/2", 2", 2.1/2" e 3") - 20Nm - Sinal 2- 10Vdc	1	R\$ 3.779,47
5	F70B30 - filtro plano lã de vidro - 610X610mm	4	R\$ 355,25
6	F74BSB95-4300/38 - filtro bolsa bactericida - 610X610X381mm	4	R\$ 2.570,16
7	Correia 25 – A39 Correia em V – 965mm	1	R\$ 328,24

Equipamento: Ambiente do Laboratório NB3

Item	Descrição	QTD	Preço Unitário
1	Lâmpadas, por unidade	1	R\$ 59,68
2	Câmeras digitais completa, IP, Full HD, lentes 112ºHor., c/ infra vermelho de 20 metros.	4	R\$ 1.220,49
3	Detector de fumaça	1	R\$ 794,36
4	Magnehelic	5	R\$ 2.931,66

Equipamento: Pass-through marca Trox, modelo FLP

Item	Descrição	QTD	Preço Unitário
1	Trinco para fechadura	1	R\$ 312,62
2	Porta de vidro	2	R\$ 3.337,55
3	Filtros absolutos 75x45 (cm)	1	R\$ 4.512,84

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/RJ

Estudo Técnico Preliminar 53/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25028.000027.2026-62

2. Descrição da necessidade

A Fiocruz Paraná, através do Instituto Carlos Chagas – ICC/Fiocruz-PR, necessita realizar a contratação de prestação de serviços especializados para manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos dispostos nos laboratórios do Instituto Carlos Chagas – ICC /Fiocruz-PR, conforme descrito a seguir: infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar e automação do Laboratório de Nível de Biossegurança 3 (NB3) do Instituto Carlos Chagas e sistemas de condicionamento de ar dos Laboratórios de Nível de Biossegurança 2 (NB2) do Laboratório de Virologia Molecular, incluindo todas as peças, materiais, insumos e filtros de substituição periódica obrigatória.

Esta contratação é necessária pois o ICC/Fiocruz-PR não possui, em seu quadro de funcionários, equipe especializada na manutenção dos equipamentos do laboratório de nível de biossegurança 3 (NB3). No referido laboratório, são manipulados agentes que causam doenças graves ou potencialmente fatais, cujos agentes etiológicos podem causar infecção como resultado de exposição por inalação. O perfeito funcionamento dos sistemas de automação que mantêm a pressão negativa e a certificação dos equipamentos de proteção biológica são quesitos básicos para manutenção da biocontenção do referido laboratório. As atividades de manutenção, tanto preventiva quanto corretivas, devem ser realizadas de forma periódica e contínua, uma vez que, com o uso, os filtros / peças podem sofrer saturação, desgaste ou rupturas. Assim, o contínuo acompanhamento das condições do laboratório visa mitigar possíveis riscos à saúde de seus operadores e do ambiente circundante decorrentes de falhas dos sistemas.

A execução destes serviços é especialmente relevante tendo em vista que os laboratórios NB2 e NB3 do ICC têm sido utilizados em atividades de pesquisa e diagnóstico de infecções pelos vírus Dengue, Zika, Chikungunya, Saint Louis, Febre Amarela, Febre do Oeste do Nilo, hantavírus, Rocio, Ilhéus e Usutu. Estes laboratórios integram a rede de laboratórios de referência do Ministério da Saúde para os vírus acima mencionados na região Sul do País e, desta forma, constituem estruturas importantes para enfrentamento contra estes agravos em território nacional.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Nos anos anteriores, foi celebrado contrato com características e finalidades semelhantes. Contudo, com o seu encerramento, torna-se necessária a realização de novo procedimento licitatório, a fim de assegurar a continuidade dos serviços, bem como a proteção do laboratório e da comunidade do entorno.

Em observância ao decreto 8.540/2015 em seu artigo 3º, que estabelece medidas de racionalização do gasto público nas contratações realizadas no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, justifica-se a presente contratação com base na necessidade da continuidade da Pesquisa no âmbito do Instituto Carlos Chagas, estando, ainda, alinhada com os objetivos de racionalização do gasto público, evitando desperdícios e priorizando a eficiência na utilização dos recursos públicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Instituto Carlos Chagas – Fiocruz Paraná	Claudia Nunes Duarte Dos Santos – Lab. Virologia Molecular - ICC

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Para a pretensa contratação, será exigida documentação relativa à qualificação técnica, fundamentada na complexidade, criticidade e risco inerentes à execução dos serviços, estando em conformidade com a Lei 14133/2021, afim de mitigar riscos operacionais, sanitários e institucionais, uma vez que os laboratórios NB-3 destinam-se à manipulação de agentes biológicos com potencial de transmissão por via respiratória e que podem causar doenças graves ou potencialmente letais.

4.2 Os serviços listados são o mínimo requerido, devendo a Contratada verificar as recomendações de manutenção de cada fabricante dos equipamentos/sistemas e executá-las, sem ônus adicional para a administração;

4.3 A Contratada deverá disponibilizar um Sistema Informatizado de Gerenciamento de Manutenção para controle dos serviços previstos e realizados;

4.4 O Responsável Técnico da Contratada deverá estar presente para o acompanhamento dos serviços sempre que solicitado pela fiscalização.

4.5 Todo o transporte necessário para a execução dos serviços será de responsabilidade da Contratada, que deverá dispor de veículos próprios, devidamente identificados, para o transporte dos funcionários, equipamentos e materiais para atendimento à Contratante sempre que necessário. O dimensionamento do quantitativo dos veículos ficará a cargo da Contratada, não sendo admitido que qualquer serviço fique pendente por falta de transporte. Caso haja atraso dos serviços por deficiência no transporte, a Contratada estará sujeita às sanções por não cumprimento do contrato.

4.6 A Contratante reserva-se o direito de exigir a substituição imediata de qualquer profissional da Contratada que, por avaliação sua não possua o conhecimento técnico e postura profissional, necessária à perfeita realização dos serviços.

4.7 A Contratada irá executar os serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de toda a infraestrutura, dos sistemas de condicionamento de ar e dos equipamentos do Laboratório de Nível de Biossegurança 3 (NB3) do Instituto Carlos Chagas e mais dos sistemas de condicionamento de ar dos Laboratórios de Nível de Biossegurança 2 (NB2), do Laboratório de Virologia Molecular, conforme descrito neste ETP, incluindo todas as peças, materiais, insumos e filtros de substituição periódica obrigatória, com emissão de certificados e laudos relacionados aos serviços;

4.8 A Contratada será responsável pela distribuição, acompanhamento e supervisão dos serviços e dos profissionais e deverá possuir pessoal capacitado para exercer estas funções. A Contratada deverá estar estruturada para atender, integralmente, a todos os serviços propostos de manutenção preventiva e execução dos serviços de manutenção corretiva dentro dos prazos estipulados;

4.9 A Contratada reparará, às suas expensas, os serviços que tiverem sido rejeitados pela fiscalização do Instituto Carlos Chagas, por terem sido executados em discordância com as especificações e/ou normas aplicáveis;

4.10 A Contratada disponibilizará, ao menos, 01 (um) contato de telefone fixo, para atendimentos em horário comercial permanente, 02 (dois) contatos de telefone celular e aplicativo WattsApp para, além destes atendimentos em horário comercial, outros possíveis atendimentos extraordinários emergenciais em horários não convencionais e 01 (um) endereço de e-mail para a mesma finalidade;

4.11 A contratada deverá se atentar aos prazos definidos para atendimento de chamados de emergência.

4.12 Para elaboração dos preços, a contratada deverá consultar a relação de anexos contidos neste Estudo.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

4.13 O serviço a ser contratado enquadra-se como comum, pois o padrão de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

4.14 O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer o devido funcionamento das atividades da instituição, além de ser mais vantajoso para administração, considerando as justificativas deste Estudo Técnico Preliminar.

Regime de Execução

4.15 A escolha pelo regime de execução do objeto ser de empreitada por preço global se faz em razão de o objeto da contratação constituir um conjunto integrado de serviços — manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de peças — cuja execução deve ser realizada por um único fornecedor, garantindo continuidade técnica, controle orçamentário e previsibilidade de custos. Embora o pagamento dos serviços corretivos e das peças dependa de ocorrência ou necessidade, a contratação por preço global permite o julgamento pelo menor preço do grupo, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Sustentabilidade:

4.16 Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 5º da Lei 14.133/2021, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

4.17 Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e não foi encontrada nenhuma previsão na parte específica do Guia que se aplique do objeto, nem em normas específicas. No entanto, a pretensa CONTRATADA, na realização de todos os procedimentos envolvidos na prestação dos serviços, deverá adotar práticas de minimização de impacto a todo o complexo socioambiental, de maneira que os resíduos decorrentes do processo sejam previamente submetidos a tratamentos que os tornem compatíveis com a interação ambiental, devendo respeitar os critérios de sustentabilidade em suas ações, bem como ter práticas ambientais para o descarte seguro dos resíduos sólidos, partes, componentes e demais insumos utilizados para executar os serviços., tais como:

- a) Eficiência no consumo de recursos naturais (como energia e água);
- b) Utilização de materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- c) Maior durabilidade e facilidade de manutenção dos produtos;
- d) Menor geração de resíduos sólidos e perigosos

Indicação de marcas ou modelos

4.18 Não se aplica, contudo, para garantir a segurança operacional, o desempenho esperado e a integridade do patrimônio público, o produto ofertado deverá ser compatível com os equipamentos e sistemas de condicionamento de ar e automação dos Laboratórios de Nível de Biossegurança 3 (NB3) e dos sistemas de condicionamento de ar dos Laboratórios de Nível de Biossegurança 2 (NB2), constantes neste Estudo.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.19 Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.20 Não se aplica.

Subcontratação

4.21 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas condições que serão estipuladas no Termo de Referência.

Garantia da Contratação

4.22 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/21, tendo em vista:

- a) **Baixo risco de dano ao patrimônio público, uma vez que o valor do contrato é limitado, o serviço é executado de forma pontual, e eventuais falhas na execução podem ser corrigidas durante a própria execução, pois sua qualidade é medida por meio de IMR, que prevê a aplicação de penalidades, glosas de pagamento e até rescisão contratual, se for o caso.**

Vistoria

4.23 É permitida a vistoria para avaliação prévia do local de execução dos serviços, nas condições que serão estipuladas no Termo de Referência.

Instalação de escritório

4.24 Não se aplica.

Margem de Preferência:

4.25 Não se aplica.

Uniformes

4.26 Não será exigido uniforme com características específicas, no entanto, os profissionais da pretensa contratada, nas dependências da FIOCRUZ, deverão transitar com vestimentas adequadas e documento de identificação ("crachá") que permita a perfeita identificação deste e da Contratada, assim como a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados a cada tipo de serviço e risco, sem o repasse dos custos para a contratante.

Do Catálogo Eletrônico:

4.27 O objeto não está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme preconiza a Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

5. Levantamento de Mercado

Foram analisadas diferentes alternativas para atendimento da necessidade administrativa, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, tais como: (i) contratação separada de serviços e fornecimento de peças; (ii) contratação com inclusão de peças previamente estimadas na planilha de custos; e (iii) contratação integrada dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças sob demanda.

A contratação separada de serviços e peças foi considerada inadequada, tendo em vista a dificuldade de compatibilização entre diagnóstico, aquisição de componentes e execução dos serviços, o que poderia ocasionar atrasos, aumento de custos operacionais e comprometimento da eficiência da manutenção.

A inclusão prévia de peças na planilha de custos, com quantitativos estimados para fins de disputa, também se mostrou inviável, considerando a imprevisibilidade das falhas e a variabilidade dos componentes que podem ser demandados, o que poderia levar à distorção da formação de preços, com risco de sobrepreço ou de propostas inexequíveis.

Diante disso, optou-se pela contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, ficando a contratada responsável pelo fornecimento das peças e componentes necessários à adequada execução dos serviços. Tal modelagem se mostra mais eficiente do ponto de vista operacional e técnico, ao centralizar a responsabilidade em um único fornecedor, reduzindo o tempo de resposta, evitando incompatibilidades e aumentando a efetividade das intervenções.

No que se refere ao fornecimento de peças, considerando a elevada diversidade de componentes, a imprevisibilidade das falhas e o baixo grau de repetitividade das substituições, não se mostra tecnicamente viável a definição prévia de quantitativos precisos para fins de inclusão na disputa, sob pena de distorção da formação de preços e potencial oneração indevida do contrato. Ademais, considerando que a relação de peças contempla diversos itens com alto valor agregado e utilização incerta, a Administração optou por adotar valor estimado anual de consumo, evitando distorções na formação da proposta e assegurando maior aderência à execução contratual. Ressalta-se que, por se tratar de estimativa baseada em consumo eventual e não previamente mensurável, tal valor não se mostra adequado para fins de competição, uma vez que não é passível de mensuração precisa nem de comparação objetiva entre propostas.

Dessa forma, o fornecimento de peças será realizado sob demanda, limitado ao valor estimado anual definido pela Administração, o qual foi estabelecido com base no histórico de consumo do órgão. Ressalta-se que tal valor representa apenas um limite máximo de execução, não implicando obrigatoriedade de consumo integral.

Ademais, a execução do fornecimento de peças estará condicionada à apresentação de orçamento prévio pela contratada, contendo a discriminação dos itens e respectivos valores, os quais deverão ser compatíveis com os preços de mercado e/ou com os valores máximos definidos pela Administração, mediante aprovação da fiscalização do contrato, garantindo maior controle, economicidade e adequada aplicação dos recursos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

Definições - neste documento, utiliza-se os termos manutenção preventiva e corretiva de acordo com a descrição abaixo:

Manutenção preventiva: toda atividade de manutenção executada antes da ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes dos equipamentos. Deverá ser executada em conformidade com os procedimentos de manutenção preventiva constantes nos manuais dos equipamentos ou de acordo com critérios pré-estabelecidos ou necessidades especiais.

Manutenção corretiva: toda atividade que é executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos equipamentos mantendo-os em perfeito funcionamento, inclusive com a substituição de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

Metodologia para execução dos serviços:

a) Manutenção Preventiva:

6.1 As intervenções programadas ocorrerão de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial (das 08:00 às 17:00 horas), exceto no caso de chamadas emergenciais para serviços de corretiva, os quais poderão ser executados em qualquer dia ou horário;

6.2 A Contratada deverá elaborar plano de ação para atendimento emergencial fora do expediente normal (horário noturno, fins de semana, feriados, etc.), dispondo durante toda vigência deste contrato de equipamentos de telecomunicação tais como rádios, telefone celular ou outros, de forma a permitir o acionamento imediato dos profissionais e garantir o atendimento satisfatório da situação emergencial dentro do prazo estipulado;

6.3 Para obtenção dos resultados pretendidos, a Contratada prestará serviços mensais de manutenção preventiva (ITEM 1), a fim de contribuir para o perfeito funcionamento dos sistemas, bem como evitar desgastes ou falhas decorrentes de falta de manutenção. Estas atividades serão executadas de acordo com a periodicidade indicada para cada sistema (anexo I).

6.4 O pagamento destes serviços ocorrerá em forma de parcelas mensais.

6.5 A Contratada deverá encaminhar à fiscalização da Contratante, após a assinatura do contrato, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, os mapas e os cronogramas das manutenções preventivas dos equipamentos (Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC).

6.6 Para a programação e execução da manutenção a Contratada deverá utilizar um Sistema Informatizado de Gerenciamento de Manutenção que possua, no mínimo, as seguintes funções:

- Programações de manutenção preventiva;
- Cadastro dos equipamentos;
- Histórico dos serviços executados por equipamento;
- Emissão de ordens de serviço;
- Emissão de relatórios.

6.7 O Sistema Informatizado de Gerenciamento de Manutenção será fornecido pela Contratada e a fiscalização da Contratante deverá ter acesso ao mesmo, em tempo real, para consultas e emissão de relatórios. O Sistema Informatizado de Gerenciamento de Manutenção deverá estar disponível no primeiro dia do início do contrato, assim como todos os equipamentos e insumos necessários ao apoio à execução dos serviços: ferramental, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), etc;

6.8 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, insumos, peças, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientemente necessárias, sem comprometimento das qualidades e que atendam aos serviços especificados, promovendo sua substituição quando necessário;

6.9 As ferramentas e os materiais de apoio e necessários à execução dos serviços de manutenção (tais como: óleos lubrificantes, graxas, estopas, gases para soldas, graxas, estopas, fitas isolantes, desingripante, lixas, produtos químicos para limpeza e tratamento da água do sistema de refrigeração, material de limpeza, escadas, escovas de aço, solventes, pincéis, andaimes), EPIs (tais como: máscaras PFF-2, toucas, luvas, macacão) e outros pertinentes à execução dos serviços, serão fornecidos pela Contratada, sem custo adicional ao valor contratual;

6.10 Após a execução de cada inspeção, a Contratada deverá anotar, na etiqueta de Manutenção Preventiva, a descrição do serviço executado, a data de execução, a data da próxima preventiva e a identificação do técnico que realizou a intervenção. As etiquetas deverão ser acondicionadas em capa plástica transparente e fixadas ao equipamento em lugar visível. O fornecimento das etiquetas e capas plásticas será de responsabilidade da Contratada;

6.11 Ao final de cada mês, deverá ser elaborado um relatório constando a data em que os serviços foram realizados, o nome do técnico responsável, os valores de medições aferidos (quando cabível), bem como observações de conformidades ou não-conformidades encontradas. Este relatório deverá ser enviado à Fiscalização ao final de cada mês, para ser analisado.

6.12 O relatório e os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.13 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.14 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.15 É necessário que haja agendamento prévio com a Fiscalização para realização dos serviços programados que necessitem de parada das atividades laboratoriais.

6.16 Para a composição de preços do item 1, a contratada deverá consultar os anexos I e II, onde constam relacionados todos os serviços, periodicidade e materiais constantes para a realização dos serviços de manutenção preventiva.

b) Manutenção Corretiva:

6.17 Os serviços de manutenção corretiva (item 2) ocorrerão sob demanda, a medida em que forem observadas falhas nos sistemas, que serão registradas através da abertura de Ordens de Serviço (OS).

6.17.1 Deverão ser iniciados em no máximo 02 (duas) horas após a solicitação à Contratada.

6.17.2 Os reparos deverão ser sanados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, a partir da solicitação.

6.17.3 Os casos que não puderem ser atendidos neste prazo deverão ser comunicados à fiscalização, que decidirá se aceita ou não a justificativa apresentada pela Contratada.

6.17.4 As OS podem ser iniciadas tanto pela Contratada quanto pela Contratante; onde deve ser especificado o trabalho a ser realizado e o material a ser utilizado para aprovação pela fiscalização;

6.17.5 As peças e suas quantidades, bem como o número de horas para a execução dos serviços, deverão corresponder ao efetivamente realizado, devendo a contratada se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto.

6.17.6 O valor da hora/homem para prestação do serviço deve contemplar todos os custos necessários para a realização da atividade.

6.17.6.1 A hora será computada como hora relógio, ou seja, 60 (sessenta minutos). O deslocamento entre sede/filial da Contratada e o local da prestação de serviços não será computado como hora técnica, sendo o encargo de responsabilidade da Contratada.

6.17.6.2 A hora será considerada como "hora homem", devendo a quantidade de profissionais necessários ser previamente informada pela empresa e devidamente autorizada pela Administração.

6.17.6.3 Fica estabelecido que o início da hora técnica (hora/homem), computada para efeitos de pagamento, se dará a partir do momento da chegada do técnico responsável pela manutenção no local da prestação do serviço indicado pela Contratante, até sua conclusão in loco.

6.18 Devem ser registrados, nas Ordens de Serviço, os períodos necessários para intervenção do técnico, com descrição detalhada das atividades realizadas para composição e conferência das horas de serviço demandadas para solução do serviço, pela Fiscalização;

6.19 A Contratada deverá registrar, fotograficamente, as peças defeituosas e as peças trocadas (sempre novas), e estes registros devem ser anexados à Ordem de Serviço relacionada

6.20 Na ordem de serviço, deverá haver um campo para atestar o recebimento do serviço, a fim de que a fiscalização do ICC/Fiocruz-PR possa dar o aceite em cada serviço executado. A fiscalização verificará a execução dos serviços e atestará cada ordem de serviço, de acordo com os serviços executados, ficando uma cópia com a fiscalização e outra com a Contratada. Somente será efetuado o pagamento mensal com o relatório entregue dos serviços que tiverem o aceite da fiscalização da Contratante.

6.21 As manutenções corretivas ocorrerão, sempre que necessário, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados, sendo atendidas em, no máximo, 02 (duas) horas após o comunicado, independente da hora ou dia;

6.22 Os serviços de manutenção corretiva só devem ser executados pelos técnicos especializados com o acompanhamento da fiscalização.

6.23 O tempo de manutenção corretiva não poderá ultrapassar, em 12 (doze) meses, 300 horas.

c) Substituição de Peças

6.24 Para a substituição de peças decorrentes dos serviços de manutenção corretiva (item 3), ao longo da vigência contratual, a contratada deverá observar a tabela de peças que será disponibilizada juntamente com o Termo de Referência. Seu fornecimento será realizado sob demanda, com base no valor anual pré-definido pela Administração, em razão da imprevisibilidade de consumo e da diversidade de componentes envolvidos.

6.25 O fornecimento de peças ocorrerá sob demanda, condicionado à prévia aprovação do Fiscal técnico, mediante análise de orçamento detalhado e apresentação de justificativa técnica quanto à necessidade de substituição. Deverá, ainda, observar as condições estabelecidas neste Estudo, as quais serão posteriormente detalhadas no Termo de Referência.

6.26 Para a troca das peças, a Contratada deverá:

6.26.1 Comprovar a compatibilidade do preço com o praticado no mercado. Para fins de comprovação, deverão ser apresentadas, sempre que possível, no mínimo 3 (três) fontes distintas de pesquisa de preços, tais como notas fiscais, cotações de fornecedores, tabelas de fabricantes ou outros meios idôneos;

- a. Para as notas fiscais: vendas próprias ou de terceiros, preferencialmente dos últimos 6 meses;
- b. Cotações formais de fornecedores: com CNPJ, assinatura ou identificação clara; com data (preferencialmente dos últimos 6 (seis) meses), contendo a descrição completa da peça.
- c. Pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo: com link ativo, data e hora da coleta, identificação completa do produto.

6.26.1.1 Não serão aceitos prints de orçamentos sem que seja possível verificar sua veracidade e o devido rastreamento das informações apresentadas.

6.26.2 Apresentar os valores ao Fiscal de Contrato que, por sua vez:

- a) Autorizará o orçamento que contemple a proposta mais vantajosa para a administração pública;
- b) Não concordando com os valores apresentados, rejeitará os respectivos orçamentos, cabendo ao Fiscal do Contrato realizar pesquisa de preços que demonstre a não vantajosidade da proposta apresentada pela Contratada.
- c) Será proposta, à empresa Contratada, a compra de acessórios, componentes, partes e peças de reposição pelo menor valor orçado, sempre considerando a melhor relação custo/benefício (vantajosidade), na nova pesquisa de preço.

C1) caso a Contratada aceite o valor orçado, restará autorizada a aquisição desta.

C2) caso a Contratada, justificadamente, recuse o valor orçado, será efetuada a compra do acessório, componente, parte, peça de reposição mediante novo processo licitatório.

6.26.3 Providenciar a entrega, às suas expensas, no protocolo da Contratante, nas hipóteses previstas nas alíneas "a" ou "c1".

6.26.4 Registrar, nos relatórios mencionados no item 6.11, a efetiva utilização das partes e peças de reposição adquiridos.

6.26.5 Enviar, mensalmente, ao fiscal de contrato, em anexo à Nota Fiscal, a relação de acessórios, componentes, partes e peças de reposição adquiridos no mês de competência do pagamento;

6.26.6 Providenciar fotocópias das respectivas notas fiscais/faturas de compras de cada componente, parte ou peça de reposição cuja compra esteja na relação mencionada acima.

6.26.7 Em caso de impossibilidade de obtenção de três propostas, a Contratada deverá apresentar a(s) proposta(s) obtidas e comprovar a razoabilidade do valor, mediante juntada de notas fiscais de fornecimento para outros contratantes e/ou outro meio idôneo.

6.26.8 Será proposta a empresa Contratada, a compra de acessórios, componentes, partes e peças de reposição pelo menor valor orçado, sempre considerando a melhor relação custo/benefício (vantajosidade), na pesquisa de preço.

6.27 Os serviços serão realizados no Instituto Carlos Chagas e deverão ser prestados mediante deslocamento de técnico. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização do fiscal do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da Contratada.

6.28 Os serviços executados terão uma garantia de, no mínimo, 06 (seis) meses. Para as peças e materiais utilizados, ficará válido o prazo de garantia dos fabricantes, sendo a Contratada a responsável por acionar o fabricante/fornecedor para providenciar a substituição.

6.29 As peças necessárias para o reparo de qualquer equipamento deverão estar, ou serem incluídas, posteriormente, de forma paulatina, numa Planilha de Serviços Estimados de Manutenção Corretiva, que deverá ser formulada e entregue pela Contratada à fiscalização em até 10 (dez) dias, a contar da ocorrência. Nesta planilha, a Contratada deverá incluir a descrição completa das peças, com seus códigos, dimensões, valores, justificativa e quaisquer outras informações julgadas relevantes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A contratação se refere ao atendimento dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de toda a infraestrutura, dos sistemas de condicionamento de ar e dos equipamentos do Laboratório de Nível de Biossegurança 3 (NB3) do Instituto Carlos Chagas e mais dos sistemas de condicionamento de ar dos Laboratórios de Nível de Biossegurança 2 (NB2) do Laboratório de Virologia Molecular, do Instituto Carlos Chagas – ICC pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 120 (cento e vinte) meses. As quantidades foram definidas de acordo com o escopo de equipamentos que fazem parte dos sistemas.

EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS QUE FAZEM PARTE DO ESCOPO DO CONTRATO

03 (três) bombas hidráulicas KSB modelo Megablock 32-250
02 (duas) unidades de tratamento de ar TROX modelo TKZ 93
01 (uma) unidade de tratamento de ar TROX modelo TKZ 72
01 (uma) unidade de exaustão TROX modelo TKZ 31 com filtragem de ar
01 (uma) unidade de exaustão TROX modelo TKZ 93
03 (três) ventiladores de exaustão BERLINERLUFT modelo GTS 400-1
02 (duas) caixas de filtragem tipo bag-in/bag-out TROX modelo KSF F390B
14 (quatorze) caixas terminal VECO para filtros absolutos
01 (um) gabinete de ventilação OTAM modelo GVS 9/9
01 (um) sistema de automação SIEMENS
02 (dois) sistemas de automação para controle de acesso
Quadros de comando e painéis elétricos dos equipamentos do NB2 e NB3:
01 (um) manômetro, marca Dwyer, modelo Photohelic.
02 (duas) unidades resfriadoras de água TRANE
02 (duas) cabines de biossegurança, marca VECO, modelo Biosafe Plus classe IIB2 (SN 11711 e 11411)
01 (uma) autoclave de barreira, marca BAUMER, modelo HiVacPlus B366-P, S/N 50605043 e Sistema de Osmose Reversa

05 (cinco) manômetros, modelo Magnehelic
01 (um) no break UPS Leistung RC20 (capacidade 20Kva) e suas baterias, placas e demais componentes

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 750.000,00

A estimativa de valores foi elaborada por meio da composição relacionada abaixo, e detalhada nos anexos constantes neste Estudo.

- a) Quantitativo de equipamentos laboratoriais incluídos no contrato;
- b) Serviços periódicos programados.

Para estimativa do valor dos serviços, foi usado como parâmetro, a última contratação, sendo feita a revisão e a inclusão de novas metodologias de manutenção específica, de acordo com as normas obrigatórias de testagem das utilidades envolvidas.

Já para a estimativa do valor das peças, foi considerado o consumo dos exercícios de 2024 e 2025, acrescida de correção monetária pelo IPCA e uma projeção de 30% considerando o aumento do escopo, garantindo previsibilidade orçamentária sem superdimensionamento da contratação.

Importante ressaltar que o valor de referência para a licitação, será revisado mediante a realização de nova pesquisa de preços, em atendimento à IN 65/2021.

Item	Descrição/ Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Estimado
1	Prestação de serviços de manutenção preventiva , sem dedicação exclusiva de mão de obra, da infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar e automação do Laboratório de Nível de Biossegurança 3 (NB3) do Instituto Carlos Chagas e dos sistemas de condicionamento de ar dos Laboratórios de Nível de Biossegurança 2 (NB2) do Laboratório de Virologia Molecular do ICC/Fiocruz-PR, pelo período de 12 (doze) meses. Inclui os materiais e equipamentos necessários para execução do mesmo, bem como acessórios, filtros de substituição periódica obrigatória, componentes e peças de reposição para manutenção preventiva.	Unidade (mês)	12	R\$ 550.000,00
2	Prestação de serviços de manutenção corretiva , sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, até o limite máximo de 300 (trezentas) horas anuais de atendimento para a infraestrutura, equipamentos e sistemas de condicionamento de ar e automação do Laboratório de Nível de Biossegurança 3 (NB3) do Instituto Carlos Chagas e dos sistemas de condicionamento de ar dos Laboratórios de Nível de Biossegurança 2 (NB2) do Laboratório de Virologia Molecular do ICC/Fiocruz-PR, pelo período de 12 (doze) meses.	Unidade (Horas de serviço)	300	R\$ 60.000
3	Fornecimento de peças e materiais de reposição (sob demanda) até o valor limite anual de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)	Unid.	1	R\$ 140.000,00

- Os valores para estimativa dos custos dos serviços referentes às preventivas (ITEM 1) devem levar em consideração a relação de equipamentos destacados no item 7 deste Estudo, bem como o escopo descrito nos anexos I e II. Foram estimados em 12 meses e serão pagos em parcelas mensais.
- Os valores para estimativa dos custos dos serviços referentes às corretivas (ITEM 2) devem considerar os requisitos dispostos neste Estudo e as horas de atendimento não devem ultrapassar o limite de 300 (trezentas) horas anuais. O valor ofertado deverá considerar a hora do serviço.
- O item 3, referente ao fornecimento de peças e materiais de reposição sob demanda, possui caráter meramente estimativo, não sendo considerado para fins de classificação das propostas, tampouco objeto de disputa na fase de lances. Tal estimativa foi definida com base no último contrato da Instituição, observado o limite máximo anual de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). Ressalta-se que os valores constantes na tabela de referência não eximem a contratada da obrigatoriedade de apresentar orçamento detalhado para cada demanda, durante a execução do contrato.
- Caso haja necessidade de adquirir acessórios, componentes, partes e peças de reposição e tal limite já tenha sido atingido, a Contratante deverá realizar a compra de acordo com a legislação vigente.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica. A natureza do objeto não comporta fracionamento ou divisão em parcelas independentes.

Considerando que:

- O Laboratório NB3 possui características técnicas específicas. O pleno e orquestrado funcionamento dos equipamentos é essencial para garantia da biossegurança dos operadores e do ambiente circundante;
- A falha em um dos sistemas pode comprometer o trabalho no referido laboratório, o qual é fundamental para as ações de diagnóstico de amostras com suspeita de infecção por viroses emergentes e, portanto, para a estabilidade do Sistema Único de Saúde;
- O parcelamento dos serviços poderia fragmentar as responsabilidades sobre a biossegurança do laboratório e de seu funcionamento ininterrupto, impactando, portanto, nos diagnósticos e pesquisas executadas no Laboratório NB3.

Resolvemos que:

- Este órgão pretende contratar os serviços de manutenção e fornecimento de peças de forma global (sem parcelamento), pois se torna mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, já que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador. Além disso, pretende-se permitir maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução em uma só pessoa jurídica e concentração da garantia dos resultados, evitando-se incompatibilidades que poderiam advir da contratação individual dos serviços.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação não guarda relação correlata com outras contratações.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição está contemplada no Plano Contratação Anual (PCA) da Unidade para o exercício 2026, elaborada no ano anterior, em cumprimento ao que determina o art. 6º, caput, do Decreto nº 10.947/2022, conforme demonstrado nos documentos anexados ao processo:

- Fiocruz Paraná: DFD 264/2025 – Contratação: 255420- 139/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos são:

1. Diretos:

- a) Manter o Laboratório NB3 do ICC/Fiocruz-PR em pleno funcionamento, dentro de critérios adequados de biossegurança. Através de ações preventivas e, quando necessárias, corretivas, visa-se manter a estrutura do NB3 em condições adequadas para manipulação segura de patógenos com risco a saúde humana, animal e ambiental e amostras potencialmente contaminadas com agentes de alto nível de patogenicidade;
- b) Por integrar o Laboratório de Referência em Viroses Emergentes do Laboratório de Virologia Molecular, o correto funcionamento do laboratório NB2 do ICC/Fiocruz-PR possibilitará a execução das atividades relacionadas às demandas de diagnóstico do serviço de referência de forma continuada, além de respaldar as ações de pesquisa e desenvolvimento.

2. Indiretos:

- a) Através desta contratação, busca-se manter uma estrutura com biossegurança, em alinhamento com a rede nacional de laboratórios de saúde pública da qual é integrante, que permita dar respostas oportunas às demandas do SUS e às emergências relacionadas a Saúde Pública.

13. Providências a serem Adotadas

Durante a etapa de planejamento, estão sendo adotadas as seguintes providências:

1. Formação de uma equipe de fiscalização com conhecimento apropriado tanto nos quesitos técnicos quanto administrativos;
2. Análise crítica do contrato vigente, o qual possui objetivo semelhante a esta atual proposta, em conjunto com a equipe de fiscalização;
3. Serviços de semelhante teor têm sido prestados por uma empresa terceirizada, que é responsável pela manutenção dos Laboratórios NB2 e NB3 do Instituto Carlos Chagas – ICC/Fiocruz-PR (Processo Administrativo nº 25028.000034/2021-50; Contrato 26/2021. Os serviços têm sido devidamente prestados pela Contratada. As estruturas laboratoriais encontram-se em funcionamento adequado, de acordo com o estabelecido em contrato. O presente estudo está sendo baseado a partir dos requisitos descritos no contrato acima mencionado, com ajustes e melhorias. Como principal alteração, encontra-se a metodologia de prestação de serviços de corretiva, uma vez que se observou que há potencial aperfeiçoamento na previsão e nos cálculos de custos. Com os dados obtidos durante os 9 anos dos contratos 12/2016 e 26/2021, pode-se estabelecer uma lista de principais serviços de corretiva necessários para manutenção do funcionamento do laboratório.
4. Estudo de mercado de empresas nacionais que atendam laboratórios NB3 através de contratos similares a esta proposta.

Durante a fase de execução, poderão ser consultadas as seguintes áreas:

- Coordenação de Infraestrutura: caso necessário, será solicitada a avaliação técnica predial.
- Segurança do Trabalho: caso necessário, será solicitada a avaliação técnica dos equipamentos/paramentação da contratada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O ETP na sua elaboração observou o documento elaborado pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em atendimento a Instrução Normativa SLTI/MPOG no 10, de 12 de novembro de 2012.

14.1. A Contratada, na realização de todos os procedimentos envolvidos na prestação dos serviços contratados, deverá adotar práticas de minimização de impacto a todo o complexo sócio-ambiental, de maneira que os resíduos decorrentes do processo sejam previamente submetidos a tratamentos que os tornem compatíveis com a interação ambiental, devendo a contratada respeitar os critérios de sustentabilidade em suas ações, de acordo com a art. 6º da IN MPOG nº 01/2010 e com o art. 9º da IN 58/2022, bem como ter práticas ambientais para o descarte seguro dos resíduos sólidos, partes, componentes e demais insumos utilizados pela empresa para executar o contrato, em consonância com a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14.2. A Contratada deverá executar os serviços seguindo as normas vigentes (Federal, Estadual, Municipal e normas internas à FIOCRUZ), quanto à manipulação e descarte de qualquer material utilizado para a execução do objeto;

14.3. A Contratada deverá fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança individual (EPIs) que se fizerem necessários, para a execução de serviços previstos neste instrumento, bem como atender todas as normas de Biossegurança vigente;

14.4. A Contratada ficará responsável pela descontaminação e descarte de filtros utilizados nos sistemas de insuflamento e exaustão dos laboratórios NB2 e NB3, em especial, os filtros absolutos, assim como os EPIs utilizados durante a manutenção dos sistemas, conforme legislação em vigor, apresentando à fiscalização o Atestado de descarte/Destinação final;

14.5. A Contratada ficará responsável por descontaminar os dutos, cabines de segurança biológica, área física e de sistemas correlatos, de forma a garantir a biossegurança dos procedimentos, do ambiente e dos operadores, conforme legislação em vigor;

14.6. Todos os materiais a serem utilizados devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

14.7. A Contratada deverá, no que cabível, adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e promover o uso racional de recursos naturais, observando os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 7.746/2012, bem como demais normas federais pertinentes.

14.8. A Contratada deverá instruir seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.9. A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água, e a redução da produção de resíduos sólidos, observado sempre as normas ambientais vigentes.

14.9.1. A Contratada deverá realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo ICC, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel, papelão, plástico, vidro, material ferroso, para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022

14.9.2. A Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

14.9.3. A Contratada deverá prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401/2008;

14.9.4. É de responsabilidade da Contratada tratar os resíduos oriundos dos serviços realizados pela mesma, que deverão ser segregados, descaracterizados, classificados e acondicionados dentro das normas ambientais vigentes, e da RDC 222/2018 e CONAMA 358 transportá-lo até a sua deposição final, com emissão do manifesto pela ANVISA.

14.9.5. As ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, inc. XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

Do Plano de Logística Sustentável:

A presente contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável, com devidos registros no SAGE, pois colabora para o desenvolvimento das atividades nas unidades e apoia o cumprimento da missão institucional, além de outros instrumentos da administração.

O plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) busca consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade já em andamento na Fiocruz e fornece diretrizes para novas ações, que tem como principais objetivos, o destacado abaixo:

- Difundir e promover a prática da ecoeficiência no âmbito da Fiocruz.
- Promover a disseminação da sustentabilidade ambiental, econômica e social na comunidade da Fiocruz;
- Revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;
- Qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- Estabelecer parcerias, visando a reciclagem de resíduos ou a destinação ambientalmente correta e;
- Promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de serviços de manutenção preventiva, com previsão de manutenção corretiva e fornecimento de peças, mostra-se tecnicamente viável por atender à necessidade de garantir a continuidade e a confiabilidade do funcionamento dos equipamentos e sistemas do órgão. Trata-se de solução amplamente disponível no mercado, com execução operacional simples e flexível, permitindo atendimento sob demanda e adequação às necessidades efetivamente verificadas ao longo da vigência contratual.

Sob o aspecto econômico, a modelagem adotada assegura a economicidade e a eficiência, ao prever a segregação entre serviços e peças, a definição de valor estimado sem obrigatoriedade de consumo mínimo e a adoção de mecanismos de controle de preços na execução contratual, com verificação de compatibilidade com o mercado. Dessa forma, a contratação se mostra adequada e vantajosa, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elaborado por:

CLAUDIA NUNES DUARTE DOS SANTOS

Requisitante



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 12:42:42.

ANDRE DE FRANCA BISBOCCI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 12:43:41.

DAISY MARIA STROTTMANN

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 13:29:15.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 5.4 - Anexos I e II.pdf (668.22 KB)

ANEXO I

Descrição detalhada dos serviços e da periodicidade em que devem ser realizados em caráter de manutenção preventiva (ITEM 1).

Equipamento	Descrição dos serviços	Periodicidade
Centrais Resfriadoras de água ("water chiller")	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar o nível do óleo dos compressores; • Verificar a pressão do óleo; • Verificar o estado do fluxo de refrigerante no visor líquido; • Inspeccionar todo o sistema para averiguar a existência de alguma irregularidade; • Medição da vazão e da temperatura da água gelada nas tubulações. 	Semanal
	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeccionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Visor de líquido com indicador de umidade; -Termostato; -Válvulas solenóides. • Inspeccionar, medir, testar e corrigir/substituir, se for o caso, os seguintes componentes do sistema elétrico: <ul style="list-style-type: none"> -Disjuntores magnéticos; -Fusíveis; -Lâmpadas-piloto para alarme; -Quadros elétricos; -Terminais; -Tensão e corrente dos compressores; -Válvulas solenóides. • Inspeccionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Filtros de água; -Pressão de sucção, descarga e óleo de cada compressor; -Vazamento de água. • Verificar os itens: <ul style="list-style-type: none"> -Nível do óleo; -Diferencial de temperatura dos condensadores e resfriadores; -Aquecimento dos contatos e chaves elétricas; -Vazão de água dos condensadores e resfriadores; -Vazamentos de água 	Mensal
	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeccionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Protetores térmicos; -Válvula de expansão termostática; -Manômetros e termômetros; -Controle automático de capacidade; 	Semestral

	<ul style="list-style-type: none"> -Pressostato de alta e baixa pressão; -Pressostato de óleo; -Eliminar focos de ferrugem, verificar equipamentos de drenos. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Inspecionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Cabeçotes dos compressores conforme especificação do fabricante; -Condensadores. • Inspecionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Pressostatos; -Termostatos; • Executar outros serviços correlatos que envolverão correção/substituição se for o caso, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Drenar completamente o sistema de água de condensação; -Inspeção todas as válvulas, acessórios e tubulação; -Limpeza dos filtros de água; -Limpeza internamente os tubos dos evaporadores; -Inspeção dos contatos das chaves de partida e controles dos motores; -Tratamento anticorrosão -Retoque da pintura em geral 	Anual
UTAS/climatizadores ("fan-coil")	<ul style="list-style-type: none"> • Medição da vazão e pressão do ar nos dutos de distribuição, na saída dos fan-coils, na saída dos difusores, em ambientes onde é requerido o controle de pressões negativas / positivas ou em qualquer outro ponto onde seja necessário verificar a vazão e pressão do ar. • Executar limpeza geral. 	Semanal
	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição de todos os filtros das UTAs (inclusive os absolutos) e dos sistemas de ar condicionado do laboratório NB3, com posterior emissão de laudo relatando os procedimentos realizados e garantindo que os filtros retirados estão descontaminados e em condições de descarte. <p>Obs.: A descontaminação do sistema para a substituição dos filtros de ar ficará a cargo da CONTRATADA.</p>	Periodicidade para cada filtro conforme tabela do Anexo II
	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar acionamento da válvula de controle e corrigir, se necessário; • Inspecionar, medir, testar e corrigir/substituir, se for o caso, os seguintes componentes do sistema elétrico: <ul style="list-style-type: none"> -Tensão e controle do motor; -Ligações elétricas; -Chaves elétricas, contatos e aquecimento; • Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Filtros de ar; -Rolamentos dos ventiladores; -Tensão/alinhamento das correias; -Vazamento de água; -Ruídos e vibrações anormais; -Medição das temperaturas de entrada e saída de ar na serpentina; 	Mensal

	<ul style="list-style-type: none"> -Medição da vazão de ar do ventilador; -Revisão dos drenos; -Parte interna e externa do gabinete; • Verificar o estado das pastilhas antifungo e antibactéria; • Revisão nas resistências de Aquecimento, verificando os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none"> -Testar o funcionamento de termostato de segurança e da chave de fluxo de ar; -Verificar e ajustar os controles; -Inspeccionar e limpar resistências; -Inspeccionar as ligações; -Reaperto dos bornes. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeccionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Serpentinas; -Ventiladores; -Isolamento térmico do gabinete; -Temperatura de entrada e saída das serpentinas; -Eliminar focos de ferrugem, verificar equipamentos de drenos. 	Semestral
	<ul style="list-style-type: none"> • Pintar a bandeja com tinta anticorrosiva; • Impermeabilizar a bandeja; • Retocar a pintura do gabinete; • Inspeccionar e limpar as serpentinas com produto químico e/ou outro artifício equivalente quando for o caso. 	Anual
Bombas	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeccionar, ajustar e corrigir/substituir, se for o caso, os instrumentos de segurança e controle. • Inspeccionar, medir, testar e corrigir/substituir, se for o caso, os seguintes componentes do sistema elétrico: <ul style="list-style-type: none"> -Ligações elétricas; -Contatos e chaves elétricas; -Tensão de corrente do motor; -Conferência da velocidade de giro dos motores (rpm). • Inspeccionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Bomba e motor elétrico; -Gaxeta; -Nível de óleo; -Alinhamento do acoplamento; -Parafusos de fixação; -Sistema de drenagem; -Verificação das agulhas, corrigir quando necessário; -Vazamento de água; -Ruídos e vibrações anormais. 	Mensal
	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeccionar, ajustar e corrigir/substituir se for o caso, os instrumentos de segurança e controle, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Relés térmicos; 	Semestral

	<ul style="list-style-type: none"> -Manômetros. • Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Acoplamento do motor–bomba; -Sistema de fixação (alinhamento motor bomba); -Todas as válvulas, acessórios e tubulação. 	
Ventilador / exaustor / sistema de exaustão	<ul style="list-style-type: none"> • Inspecionar, medir, testar e corrigir/substituir, se for o caso, os seguintes componentes do sistema elétrico: <ul style="list-style-type: none"> -Fusíveis e terminais; -Contadora e relé térmico; -Lâmpada de sinalização e chaves seletoras; -Comando liga/desliga; -Corrente e tensão do motor; -Ligações semanais elétricas. • Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos: <ul style="list-style-type: none"> -Tensão e estado geral das correias – alinhamento; -Polias e eixo; -Ruídos, vibrações e aquecimento anormais; - Carcaça e quadros elétricos; -Filtros de ar; -Contatos das chaves magnéticas; -Medição da vazão de ar dos ventiladores. <p>Obs.: A descontaminação do sistema para a substituição dos filtros de ar ficará a cargo da CONTRATADA.</p>	Mensal
	<ul style="list-style-type: none"> • Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Eixo e mancais; -Base do motor do ventilador; -Rolamentos não blindados; • Executar outros serviços correlatos que envolverão correção//substituição se for o caso, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Inspeção das partes internas e externas dos ventiladores; -Eliminação de focos de ferrugem. 	Semestral
	<ul style="list-style-type: none"> • Inspecionar, ajustar, limpar e corrigir/substituir, se for o caso, os componentes mecânicos, tais como: <ul style="list-style-type: none"> -Pás e rotor, balanceando-os, quando necessário; -Eliminar focos de ferrugem; -Retocar a pintura em geral. 	Anual
Tubulações e dutos	<ul style="list-style-type: none"> • Refazer, desobstruir e lançar novas linhas. 	Sempre que solicitado
	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar estanqueidade da rede de dutos; • Verificar isolamento térmico da rede de dutos e tubulações; • Verificar estado e atuação de dampers. 	Mensal

	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza, reparação (quando necessário) e certificação de conformidade dos dutos de ar que atendem aos laboratórios. <p>Nota: devem ser estabelecidas pela contratada um programa de manutenção preventiva de controle de integridade e estanqueidade dos filtros HEPA, das caixas suporte, dos dampers dos dutos entre as caixas e a fronteira por meio da aplicação de testes com DOP (dioctilftalato), PAO (polialfaolifin Emery 3004) ou equivalente, com frequência semestral. Filtros HEPA devem ser testados sempre que houver queda brusca de pressão ou interrupção do sistema por mais de uma semana.</p> <p>Poderá haver interrupção fora do calendário semestral, de acordo com a necessidade da Administração.</p>	<p>Anual E Semestral Com possibilidade de execução em caso de necessidade da quebra controlada da barreira de contenção.</p>
Quadros e painéis elétricos	<ul style="list-style-type: none"> • Limpar e verificar aquecimento dos contatos dos quadros elétricos; • Inspeccionar ligações elétricas; • Inspeccionar e testar disjuntores, contactores, fusíveis, lâmpadas, terminais, etc; • Inspeccionar e ajustar a regulação dos relés térmicos e relés temporizados; • Reaperto dos bornes de ligação. 	Mensal
Sistema de acesso e intertravamento	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar fechamento e travamento das portas; • Verificar o estado das fechaduras, sensores e botoeiras das portas; • Verificar funcionamento do controle de acesso; • Verificar e limpar quadros de comando das portas e controle de acesso. 	Mensal
Sistema de detecção e alarme de incêndio	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar indicações do painel e testes de lâmpadas; • Inspeccionar as baterias e carregador; • Teste do sistema conforme recomendação do fabricante. 	Mensal
Autoclave de barreira do laboratório NB3	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza do dreno; • Verificar e lubrificar a guarnição da vedação das portas; • Verificar os instrumentos do painel; • Verificar o elemento do filtro de água; • Verificar o funcionamento da válvula de segurança; • Verificar se há vazamentos nas tubulações; • Verificar as conexões elétricas; • Verificar incrustação nas resistências. 	Mensal
	<ul style="list-style-type: none"> • Limpar a câmara do gerador de vapor; • Verificar o filtro de ar e substituir se necessário; • Verificar o ajuste das portas; • Verificar os filtros de água e substituir, se necessário. 	Trimestral
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a manutenção preventiva (revisões da parte elétrica, hidráulica e pneumática) feita por empresa que seja assistência técnica autorizada pelo fabricante, com troca dos componentes desgastados, defeituosos ou que tenham periodicidade de troca anual. Substituição dos 03 filtros e mais 04 membranas do sistema de osmose reversa da água de circulação, com garantia de todos os serviços e peças. 	Anual

	<ul style="list-style-type: none"> Validação, Qualificação Térmica e Qualificação de Performance, com emissão de relatório apresentando os testes, ajustes e recomendações técnicas. Realização de ajustes ou troca de peças, quando necessário; Verificar as guarnições do gerador de vapor; Calibrar os instrumentos de medição e controle. 	
Manutenção civil	<ul style="list-style-type: none"> Verificar estado de forros, paredes, pisos e divisórias; Verificar tubulações de água e esgoto; Verificar funcionamento de registros, válvulas e torneiras e acionadores de torneiras; Verificar a estanqueidade de portas e janelas; Verificar o funcionamento do “pass-through”. 	Mensal
	<ul style="list-style-type: none"> Aferição da temperatura e umidade nos ambientes climatizados; Monitoramento constante da pressão diferencial entre as salas que compõem o laboratório NB3 (antecâmaras e laboratório), utilizando equipamentos com Certificado de Calibração vigente e emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO, com o objetivo de garantir a manutenção do gradiente unidirecional de pressão negativa entre as salas, de forma que o ambiente laboratorial tenha a maior pressão negativa quando comparado aos demais ambientes; de acordo com as normas de funcionamento do laboratório NB3. Intervir, no caso de haver discordância de valores de pressão diferencial, imediatamente ou de acordo com a programação repassada pelo fiscal do contrato, responsável pelo laboratório. 	Semanal
Área limpa (laboratório NB3)	<ul style="list-style-type: none"> Realizar a certificação de área limpa do laboratório NB3 (composto por 1 sala e 5 antecâmaras), conforme a ISO 14644-1 de 2015, por empresa que tenha confiabilidade metrológica garantida pelo INMETRO/RBC, incluindo realização dos ajustes necessários para pleno funcionamento do laboratório NB3, de acordo com os critérios de biossegurança (Testes a serem realizados na certificação: Contagem eletrônica de partículas em suspensão no ar; Uniformidade e velocidade do fluxo de ar; Cálculo de vazão do ar insuflado; Medição da pressão diferencial dos filtros absolutos verificando o grau de saturação; Balanceamento do sistema de insuflamento e exaustão; Medição da eficiência de radiação de lâmpadas germicidas ou ultravioletas; Teste de luminosidade na área de trabalho; Teste de Integridade e Estanqueidade dos filtros HEPA (PAO)*; Teste de recuperação; medida de temperatura e umidade; Inspeção e/ou substituição de pré-filtros e filtros HEPA, quando necessário; Reparo no meio filtrante ou estrutura do filtro, quando necessário; Verificação de componentes eletromecânicos; Medição de tensão e corrente elétrica de motores; Revisão de manômetros de pressão diferencial; Identificação do sistema de filtragem; Limpeza da parte interna dos equipamentos, quando necessário; Revisão dos selos de vedação; Balanceamento do sistema de ar; Cálculo do Número de trocas de ar por hora; Medição da pressão diferencial entre salas; medição do nível de ruído das salas; Emissão de relatório apresentando os testes, ajustes e recomendações técnicas). 	Semestral, após intervenções com paralização ou quando estritamente necessário por apresentação de falhas.

	<ul style="list-style-type: none"> Descontaminação da área limpa, de acordo com as normas internacionais de biossegurança com emissão de laudo atestando os procedimentos, execução e responsabilidade técnica pelo serviço. Realizar a descontaminação com agentes com baixa toxicidade ao ambiente, por exemplo, com vaporização de peróxido de hidrogênio. 	Antes e depois de manutenções, certificações ou sempre que solicitado.
Instalações elétricas e aterramento	<ul style="list-style-type: none"> Verificação dos circuitos de alimentação e distribuição de energia em baixa tensão, cabos, tomadas, alimentação de câmeras e demais componentes; Verificação do sistema completo de iluminação, incluindo lâmpadas, reatores, interruptores e demais componentes; Reaperto das conexões de disjuntores e componentes dos quadros elétricos, entre outros. 	Mensal
Cabines de segurança biológica do laboratório NB3	<ul style="list-style-type: none"> Realizar a certificação das cabines, de acordo com as normas NSF /ANSI 49 e ISO 14.644-1 por empresa que tenha confiabilidade metrológica garantida pelo INMETRO/RBC, incluindo realização dos ajustes necessários para pleno funcionamento destes equipamentos, de acordo com os critérios de biossegurança (Testes a serem realizados durante a certificação: Contagem eletrônica de partículas em suspensão no ar; uniformidade e velocidade do fluxo de ar; cálculo de vazão do ar insuflado; medição da pressão diferencial dos filtros absolutos verificando o grau de saturação; balanceamento do sistema de insuflamento e exaustão; medição da eficiência de radiação de lâmpadas germicidas ou ultravioletas; medição do nível de ruído do equipamento em seu ambiente de trabalho; teste de luminosidade na área de trabalho do equipamento; teste de Integridade e Estanqueidade dos filtros HEPA (PAO)*; teste de fumaça; monitoramento de temperatura e umidade durante os testes; inspeção e/ou substituição de pré-filtros e filtros HEPA; reparo no meio filtrante ou estrutura do filtro, quando necessário; verificação de componentes eletromecânicos; medição de tensão e corrente elétrica de motores; revisão de manômetros de pressão diferencial; identificação do sistema de filtragem; limpeza da parte interna do equipamento, quando necessário; revisão dos selos de vedação; emissão de relatório apresentando os testes, ajustes e recomendações técnicas). 	Semestral, após intervenções com paralização ou quando estritamente necessário por apresentação de falhas.
	<ul style="list-style-type: none"> Realizar a descontaminação das cabines, de acordo com as normas internacionais de biossegurança, com emissão de laudo atestando os procedimentos, execução e responsabilidade técnica pelo serviço. 	Antes e depois de manutenções, certificações ou sempre que solicitado.
No-break trifásico, modo online – piso técnico	<ul style="list-style-type: none"> Realizar inspeções e manutenções preventivas anuais e corretivas. 	Anual
Tratamento de água de refrigeração	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer todos os equipamentos necessários ao tratamento da água de refrigeração do sistema Central de Ar Condicionado como: dosador, coletor de amostra, etc; Fornecer produtos químicos necessários ao controle de qualidade de água da refrigeração. Utilizá-los quando necessário; 	Mensal

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a qualidade da água do sistema, com emissão de laudo de análise físico/química, apresentando os resultados e recomendações técnicas; • Fornecer os procedimentos detalhados relativos ao tratamento da água do sistema de ar condicionado central bem como de operação e manutenção com objetivos de: • Controle da formação de depósito e incrustações; • Controle da corrosividade do sistema dentro de níveis físico-químicos aceitáveis. 	
Automação e controladores	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar o correto funcionamento dos Sistemas; • Operar e monitorar os sistemas, detectando eventuais falhas de hardware e software, providenciando sua imediata correção; • Programar/reprogramar, sempre que necessário, o sistema de automação e seus acessórios. 	semanal
	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar a atuação dos sensores e das controladoras e funcionamento dos variadores de frequência, detectando eventuais falhas e providenciando sua imediata correção sempre que necessário; • Calibrar os sensores e as controladoras; • Verificar o funcionamento dos dispositivos de alarme. 	Mensal
	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização dos firmwares dos componentes da automação e softwares controladores integradores, com a inspeção de todos os sistemas da automação e troca dos componentes defeituosos. Emissão de laudo de atualização e conformidade dos sistemas. 	Anual

ANEXO II

Filtros de substituição periódica obrigatória (incluídos nos serviços de preventivas – ITEM 1):

Periodicidade	Item	Quant.	Produto	Dimensões (mm)
TROX TKZ-93 – UTA 01 (INSUFLAMENTO)				
Bimestral	1	2	F70B30 - filtro plano lã de vidro	610X610
Bimestral	2	3	F70B30 - filtro plano lã de vidro	305X610
Semestral	3	1	F74BSB95-2150/38 - filtro bolsa bactericida	305X610X381
Semestral	4	2	F74BSB95-4300/38 - filtro bolsa bactericida	610X610X381
TROX TKZ-V31 – UTA 01 (EXAUSTÃO ANTECÂMARAS)				
Semestral	5	4	F781M35 - filtro absoluto HEPA (1.500M3 /h)	610X610X292
CAIXAS BAG IN BAG OUT (EXAUSTÃO NB3)				
Semestral	6	2	F759M93 - filtro absoluto p/ cx.terminal (pré- filtro)	610X610X292
Semestral	7	4	F781M - filtro absoluto p/ cx.terminal (filtro)	610X610X292
FILTROS INTERNOS AO LABORATÓRIO				
Semestral	8	8	F781M02- filtro absoluto p/ cx.terminal	610X610X78
Semestral	9	3	F781M13 - filtro absoluto p/ cx.terminal	457X457X78
TROX TKZ-93 (2 UNIDADES) – UTA 03				
Bimestral	12	2	F70B30 - filtro plano lã de vidro (insuflamento)	610X610
Bimestral	13	2	F70B30 - filtro plano lã de vidro (insuflamento)	305X610

Semestral	14	2	F74BSB95-4300/38 - filtro bolsa bactericida (insuflamento)	610X610X381
Bimestral	15	2	F70B30 - filtro plano lã de vidro (exaustão)	610X610
Bimestral	16	2	F70B30 - filtro plano lã de vidro (exaustão)	305X610
Semestral	17	2	F74BSB95-4300/38 - filtro bolsa bactericida (exaustão)	610X610X381
Semestral	18	2	Filtro absoluto HEPA	610X762X381
TROX TKZ-130 – UTA 04				
Bimestral	19	4	F70B30 - filtro plano lã de vidro	610X610
Semestral	20	4	F74BSB95-4300/38 - filtro bolsa bactericida	610X610X381

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:**1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO**CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I

Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

- a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
- b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II

Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I

Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II

Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

- I. os fatos;
- II. os argumentos apresentados;
- III. as provas eventualmente apresentadas;
- IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
- V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
- VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

Impedimento

IV

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
Agravantes (até 50%)	c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.		
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.		X	5%
Total			16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

Anexo II
Modelo de Comunicação Preliminar

Comunicação Preliminar

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

Servidor
SIAPE

Anexo III

Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: _____
- Objeto do Contrato: _____
- Processo Administrativo nº: _____
- Unidade Administrativa Responsável: _____
- Vigência do Contrato: // _____ até // _____
Ou

2. Identificação do Certame

- Número do Certame: _____
- Objeto: _____
- Item licitado: _____

3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____
- Representante Legal: _____
- Telefone/E-mail: _____

4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: ____/____/____

Local da ocorrência: _____

Data da constatação pela fiscalização: ____/____/____

5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // _____
- Local da Ocorrência: _____

- Tipo de Infração:

- ☐ Inexecução total/parcial do objeto
- ☐ Descumprimento de prazos
- ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações
- ☐ Conduta incompatível com a ética contratual
- ☐ Outros: _____

6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: _____

8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // _____
- Prazo concedido para manifestação: _____ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em // _____

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

13. Proposta de Sanção (se aplicável)

- ☐ Advertência
- ☐ Multa contratual
- ☐ Suspensão temporária de participação em licitações
- ☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: _____

14. Responsável pela Constatação da Infração

Nome: _____

Cargo/Função: _____

SIAPE: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

De acordo da Autoridade Competente: _____

Data: ____/____/____

Anexo IV**Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade**

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2____.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

Anexo V
Notificação para defesa prévia

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2__

À EMPRESA xxxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº de/...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em/...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

ANEXO VI
Aplicação de Penalidade

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de ____ de 2__.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo

